



Direito a creche gratuita
será votado na terça-feira

PÁGINA 7

Heloísa diz que medida
beneficia crianças pobres

Mestrinho deve presidir
Comissão de Orçamento

PÁGINA 4

Mestrinho quer "bom senso" no
debate do orçamento impositivo



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI – Nº 2.123/28 – Brasília, 25 de abril a 1º de maio de 2005

EDIÇÃO SEMANAL

Acordo que permitiu votação de 71 matérias terá desdobramentos na proposta de comissão mista

Com pauta liberada, desafio agora é alterar rito das MPs

PÁGINA 5



ANTÔNIO GAUDÉRIO/FOLHA IMAGEM

EMPREGO APÓS OS 40

Incentivo fiscal,
arma contra
preconceito
no mercado
de trabalho

PÁGINA 3

Sem outra opção, pessoas com
mais de 40 anos são obrigadas a
trilhar o caminho do subemprego

Códigos devem mudar na esteira da reforma do Judiciário

PÁGINA 2

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

PLENÁRIO

O reajuste da tabela do Imposto de Renda está na pauta do Senado. A parte polêmica da medida provisória que trata do assunto – aumento de imposto para prestadores de serviço e agricultores – foi retirada pelo governo, o que facilitará a aprovação pelo Plenário.

PÁGINA 2

ATO MÉDICO

Mudança em projeto de lei que regulamenta o ato médico, em exame na Comissão de Assuntos Sociais, deve apaziguar ânimos em torno da proposta. Emenda apresentada por Tião Viana assegura respeito à atuação dos demais profissionais da área.

PÁGINA 7

BANCO CENTRAL

Um Banco Central autônomo é idéia que divide opiniões. Em audiência na CAE, Paulo Nogueira Batista Júnior disse que o BC já tem poder em excesso. Edmar Bacha manifestou a convicção de que a mudança poderia ajudar a controlar a inflação.

PÁGINA 6

— cidadania

Eles são mais de 6 milhões de brasileiros. A maioria – 4 milhões – recebe mensalmente um salário mínimo (R\$ 260), insuficiente para manter a família. São os trabalhadores domésticos, cujos direitos o *Especial Cidadania* aborda nesta edição.

PÁGINA 16

EMPREGO Projetos de senadores aumentam chances de quem já passou dos 40 anos conseguir espaço no mercado

Contra o preconceito, incentivo fiscal



Dois projetos de lei em tramitação no Senado revelam a preocupação de seus autores em assegurar a contratação

de pessoas acima de 40 anos de idade. Quando perde o emprego ou fica afastada do mercado de trabalho por muito tempo, essa parcela da população brasileira tem dificuldades para ser inserida novamente no mercado formal.

Apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), o PLS 103/99 institui incentivo fiscal a empresas que possuem pelo menos 30% de seus empregados com idade superior a 40 anos. Pelo projeto, as empresas poderão deduzir do Imposto de Renda até 25% do montante de salários e respectivos encargos sociais pagos a seus empregados. É estipulado ainda que o incentivo será concedido apenas para a contratação de trabalhadores de média e baixa remuneração – até R\$ 3 mil. Segundo o senador amazonense, o fator idade não pesa tanto sobre os empregados mais qualificados, para os quais a experiência conta muito.

O parlamentar lembra que, atualmente, o mercado formal de trabalho está fechado para homens e mulheres que já passaram dos 40 anos. O senador afirma que é comum o candidato dessa faixa

etária dar todas as referências, ter sua contratação tida como certa, mas ser recusado para o cargo quando a empresa toma conhecimento da sua idade.

– O objetivo é minimizar, nunca resolver, um problema grave do mercado de trabalho no Brasil. Pessoas com mais de 40 anos dificilmente conseguem encontrar emprego com carteira assinada. Muitas são barradas nas triagens feitas pelas empresas para recrutar empregados.

Jefferson Péres afirma que se o projeto, convertido em lei, permitir empregar alguns milhares de pessoas com mais de 40 anos, o objetivo inicial terá sido atingido.

Em discurso no Plenário, na semana passada, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu a aprovação do projeto. Ele alertou para o envelhecimento da população brasileira e enfatizou a necessidade de aproveitar o trabalho de quem tem mais experiência. Zambiasi considera importante que a sociedade valorize a capacidade produtiva dessas pessoas.

Relator na CAE é favorável à proposta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado já aprovou parecer favorável à proposta, restando agora a análise da



Jefferson Péres: é comum candidato com mais de 40 anos perder emprego por causa da idade

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o parecer do senador Mão Santa (PMDB-PI) também é pela aprovação da matéria. Conforme o parlamentar, a iniciativa de focalizar o campo dos incentivos fiscais deve atingir satisfatoriamente a intenção de empregar mais pessoas acima de 40 anos, já que a dedução que se quer instituir será vantajosa para os empresários.

Ao justificar sua proposta, Jefferson Péres observa que “nos próximos 30 anos continuará o alargamento da pirâmide etária no meio e no topo, o que fará com que o problema da marginalização dos idosos adquira contornos dramáticos se medidas não forem tomadas para estimular as empresas a mudar a política de pessoal”.



Paulo Paim: trabalhadores de idade mais avançada sofrem discriminação no mercado

Desempregados têm apoio na busca por nova chance

O Centro de Atendimento ao Trabalhador (Ceat), ligado à Arquidiocese de São Paulo, cadastra 1.200 desempregados diariamente na periferia da capital paulista. O Ceat identifica as necessidades daqueles acima de 40 anos e, junto com a Pastoral, promove cursos de capacitação voltados para esse público, avaliando as condições de emprego dos trabalhadores.

Muitas pessoas com mais de 40, devido à pouca ou nenhuma qualificação, por terem passado por diversos empregos sem conseguir se fixar em nenhum ou por terem ficado fora do mercado por muito tempo, têm dificuldades para conseguir um novo trabalho. Homens desempregados há mais de 36 meses e donas-de-casa que nunca trabalharam são exemplos de pessoas dessa

faixa etária que procuram a ajuda do Ceat. Além da chance de conseguir novo emprego, eles encontram apoio psicológico para lidar com um possível sentimento de baixa auto-estima. A intenção é lembrar a essas pessoas que elas ainda podem ser produtivas, o que as encoraja a enfrentar o mercado de trabalho.

No ano passado, o Ceat captou 24 mil novas vagas em 10 mil empresas. Nove mil pessoas conseguiram emprego. O atendimento à população é feito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), repassados à Fundação Banco do Brasil. A organização também trabalha em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Secretaria de Emprego e Trabalho do estado de São Paulo.

Paim quer vagas para pessoas com mais de 45

Apresentado este ano pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o PLS 83/05 determina que empresas com mais de 50 empregados sejam obrigadas a oferecer, no mínimo, 20% das vagas para trabalhadores com mais de 45 anos. Na avaliação do parlamentar, a proposta garantirá o direito ao emprego ao cidadão com mais de 45 anos. Ele diz ter certeza

de que os projetos com esse tema serão aprovados no Congresso.

– Infelizmente, no nosso país, percebemos que os trabalhadores com idade mais avançada acabam sendo discriminados no mercado de trabalho. Nós temos que pensar na questão do primeiro emprego para os jovens, mas não devemos esquecer os pais de famílias que

são segregados na busca por um emprego.

O projeto de lei do senador Paulo Paim aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, segundo o seu autor, não inviabiliza propostas que concedem incentivos fiscais a empresas que contratarem trabalhadores acima de 40 anos.

Licença-maternidade para quem adota criança entra em discussão

A resistência de empregadores a conceder licença-maternidade a mulheres adotantes poderá esbarrar em direito constitucional. É o que pretendem os senadores signatários da proposta de emenda à Constituição (PEC 31/00) que está em discussão no Plenário do Senado.

Pela proposta, a Constituição federal garantirá a licença-maternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, à mulher a quem for concedida a adoção. O tempo de licença irá variar de 30 a 120 dias, conforme a idade do adotado.

A senadora Maria do Carmo

Alves (PFL-SE), primeira signatária da PEC, defende a universalização dos direitos dos filhos, sejam eles naturais ou adotados, por meio de um contato mais próximo nos primeiros meses de convivência com os pais adotantes.

– Se são garantidos aos adotados os mesmos direitos dos filhos biológicos, também deveria estar assegurado o direito à presença da mãe adotiva, como acontece com os recém-nascidos – afirmou a parlamentar.

Os atuais direitos à licença-maternidade estão definidos na



Maria do Carmo, primeira signatária da PEC incluída na ordem do dia

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para as empregadas celetistas, e na Lei 8.112/90, para as servidoras públicas.

Muitas empresas negam direitos às mulheres

Com a constitucionalização do direito, será muito mais difícil deixar de cumprir a norma que dá essa garantia às mulheres. A PEC tem de ser votada em dois turnos em cada uma das Casas do Congresso, e será aprovada somente se obtiver três quintos dos votos dos membros do Senado e da Câmara dos Deputados.

– O grande mérito da PEC é deixar expresso na Constituição o

direito da mãe adotante, afastando as discussões jurídicas sobre a licença-maternidade – explica o consultor legislativo do Senado Gabriel Dezen Júnior.

Segundo a presidente do Projeto Aconchego – Grupo de Apoio à Adoção e ao Apadrinhamento Afetivo, Jandimar Guimarães, em São Paulo foram registradas denúncias de empresas que não concederam às suas empregadas

o direito à licença-maternidade.

– Essa PEC é fundamental para a garantia dos direitos da mulher adotante e esperamos que futuramente esses direitos sejam estendidos aos homens que também adotam crianças – disse.

Na Câmara, foi instituída comissão especial que deverá elaborar parecer sobre o projeto de lei (PLC 1.756/03) que dispõe sobre a Lei Nacional da Adoção.

Espera por nova família é longa

Dados da Polícia Federal mostram que, entre janeiro de 1984 e maio de 2000, foram realizadas 11,1 mil adoções internacionais, sendo 37% para a Itália. A adoção por estrangeiros representa, porém, apenas 5% das autorizações judiciais para que crianças brasileiras sejam inseridas em novas famílias.

Em Brasília existem cerca de 800 crianças acolhidas (nem todas passíveis de adoção) em 21 abrigos credenciados. Atualmente, a Vara da Infância e Juventude tem 240 famílias cadastradas para adoção e cerca de 90 crianças aptas a serem adotadas judicialmente.

Segundo informações do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, essas crianças têm dificuldade de ser adotadas ou por terem mais de quatro anos, ou por pertencerem a grupo de irmãos, ou por serem portadoras de necessidades especiais. Para 90% das famílias cadastradas, as crianças procuradas devem ter no máximo 18 meses.

Pesquisas realizadas no país

apontam bebês brancos, principalmente do sexo feminino, como a preferência dos que estão na fila para adotar. “Infelizmente ainda existe preconceito e há muitas crianças com mais idade e negras na espera por uma família”, lembra a presidente do Projeto Aconchego, Jandimar Guimarães.

Para ela, todas as mães adotantes precisariam ter direito a no mínimo 90 dias de licença-maternidade – independentemente da idade da criança.

– Hoje, conforme aumenta a idade, menor o tempo de licença, o que não é correto, visto que a criança maior de dois anos que vive há algum tempo em abrigo precisa de mais tempo para se adaptar à família – explica a presidente do Projeto Aconchego.

A afirmação é dada com amplo conhecimento de causa. Após adotar quatro crianças (dois bebês e dois maiores de cinco anos), Jandimar garante que o maior contato inicial é fundamental “porque a criança traz consigo a experiência do abrigo”.

ORÇAMENTO

Gilberto Mestrinho volta a presidir comissão

Cauteloso em relação à proposta do orçamento impositivo e favorável à maior parte das alterações discutidas até agora para reformular o processo orçamentário, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) deve assumir nesta semana, pela terceira vez, a presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

– É preciso prevalecer o bom senso – aconselha o senador, que retornou à Casa depois de licença médica. Consciente de que estará à frente, como ele mesmo diz, do orçamento que poderá preparar a reeleição do presidente Lula, Mestrinho tem a seu favor o bom trânsito com colegas de comissão.

Ele trabalhará diretamente pelo menos com dois deputados do PT: Gilmar Machado (MG), escolhido para ser relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Carlito Merss (SC), indicado para a relatoria geral do

Orçamento de 2006. Na última sexta-feira, durante a reunião dos líderes com o presidente do Senado, Renan Calheiros, ficou acertado que a instalação da CMO, que deveria ter ocorrido no fim de março, será agilizada.

A comissão iniciará os debates sobre as alterações na LDO em paralelo ao trabalho para substituir a Resolução nº 1 do Congresso, que disciplina o funcionamento da CMO e a tramitação dos

orçamentos federais, a cargo da comissão temporária presidida por Fernando Bezerra (PTB-RN).

Mestrinho, em entrevista ao **Jornal do Senado**, posicionou-se a favor da fixação de metas para conter as despesas correntes não financeiras em 17% do produto interno bruto (PIB) e das receitas administradas pela Receita Federal em 16% do PIB, consideradas

pelo governo como os compromissos centrais da LDO de 2006. Essa questão suscitou polêmica na comissão, com opiniões contrárias da oposição.

O senador defendeu limites para o contingenciamento na LDO de 2006 e a obrigação de

o governo executar todas as emendas individuais ao orçamento. O novo presidente da CMO apóia propostas do relatório do deputado Ricardo Barros (PP-PR) para

mudar a Resolução nº 1, como a separação de funções na relatoria geral, o fortalecimento das relatorias setoriais e a redução das emendas coletivas.

Mestrinho discorda, no entanto, do direcionamento das emendas individuais de acordo com programas prioritários estabelecidos no parecer preliminar do relator-geral.

Indicado pelo PMDB, senador terá desafio de mudar processo orçamentário



Paulo Bernardo (D) participa de audiência na CMO, órgão que presidiu antes de assumir o Planejamento

Ministro pede novo debate sobre tramitação

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, deve voltar a se reunir com a comissão mista temporária encarregada de propor alterações nas regras de tramitação dos orçamentos federais. Na semana passada, em audiência na CMO, apesar de concordar com a maior parte das propostas formuladas no parecer de Ricardo Barros, Bernardo pediu um novo debate antes do encerramento dos trabalhos, previsto para 13 de maio.

Nessa primeira rodada, o ministro insistiu em medidas que auxiliem no equilíbrio entre a

receita e a despesa do governo. Presidente da CMO até ir para o ministério, Bernardo propôs que a comissão analise a adequação financeira de projetos de lei votados no Congresso, atribuição que compete atualmente à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Essa providência evitaria, segundo ele, casos como a redução do limite de idade dos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de 67 para 65 anos, que acarretou grande impacto nas contas públicas.

A oposição questionou a fixação de metas na LDO de 2006

para despesas correntes não-financeiras e para a arrecadação administrada pela Receita Federal, embora o tema da audiência fossem as regras do orçamento. Bernardo informou que o governo, depois de revisar suas projeções, entre setembro e outubro de cada ano, poderá enviar ao Congresso projeto com propostas de utilização dos recursos que excederem a meta de arrecadação, com a redução de alíquotas tributárias, como pediram alguns parlamentares, ou com a ampliação dos investimentos ou mesmo do superávit fiscal.

Renan quer mecanismo para evitar obstrução

O presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs durante reunião com líderes, na semana passada, a exigência de um número mínimo de parlamentares para o pedido de verificação de quórum durante as sessões de votação de matéria orçamentária pelo Congresso. Segundo Fernando Bezerra, Renan sugeriu que 59 parlamentares apóiem o pedido.

Esse mecanismo, explicou Bezerra, evitaria casos como o do

ano passado, em que um só deputado obstruiu a votação do projeto orçamentário. Geralmente, pela necessidade de quórum elevado, as matérias só conseguem ser aprovadas após acordo.

Renan insistiu com os líderes para que dêem seguimento aos trabalhos da comissão que, em 2003, fez um inventário sobre as obras inacabadas do país. E, conforme Bezerra, o presidente do Senado mostrou-se satisfeito

com as propostas da comissão encarregada de recomendar alterações nas regras de tramitação dos orçamentos federais.

O prazo para emendas ao parecer de Barros foi dilatado até esta quarta-feira. O encontro com Renan marcou o engajamento efetivo dos senadores na discussão das novas regras. "Devemos sair com posições consensuais no Senado", prevê Bezerra, que preside a comissão temporária.

Empresas em recuperação poderão parcelar débitos

As empresas privadas devedoras que se encontram em processo de recuperação judicial, inclusive aquelas em fase de execução fiscal, poderão parcelar débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). É o que estabelece o projeto de lei (PLS 245/04) apresentado pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN), aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto – que seguirá diretamente para exame da Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para sua votação no Plenário – foi baseado em proposta enviada pelo Ministério da Fazenda, atendendo a compromisso assumido pelo governo durante as discussões da nova Lei de Recuperação de Empresas.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, a proposta recebeu substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), determinan-



JANE ARAÚJO

Bezerra: só pessoas jurídicas em recuperação judicial poderão se beneficiar

do também que o parcelamento atingirá outros débitos, tributários ou não, junto à União, suas autarquias e fundações, além do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), desde que não haja norma específica estabelecendo regra para seu parcelamento.

Só terão direito ao parcelamento empresas que obtiverem judicialmente o deferimento do processo de recuperação, lembrou Fernando Bezerra.

Indústria naval em debate

A CAE aprovou requerimento do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente da comissão, para realização de audiência pública sobre a reativação da indústria naval. Entre os convidados está o presidente da Petrobras-Transportes, Sérgio Machado.

Foram aprovados também três requerimentos solicitando realização de audiências públicas. Um deles, de Eduardo Suplicy (PT-SP), visa analisar a concentração econômica registrada na indústria nacional de suco de laranja. Outro, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), propõe o debate de problemas relacionados aos fundos de pensão e previdência complementar. Um terceiro requerimento, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), pede que, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Con-

sumidor e Fiscalização e Controle (CMA), seja realizado debate com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, sobre suposta falta de controle das chamadas Contas de Consumo de Combustíveis (CCC) e a construção de novos gasodutos. As audiências ainda serão agendadas.

A CAE aprovou ainda pedido do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitando que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examine o projeto de resolução (PRS 44/04) que autoriza o estado do Maranhão a contrair empréstimo junto ao Banco Mundial (Bird) no valor de US\$ 30 milhões.

Ficou decidido que nesta terça-feira, às 9h30, será instalada a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, no âmbito na CAE.

São Paulo é autorizado a contrair empréstimo

Por unanimidade, a CAE aprovou parecer favorável à mensagem do Executivo (MS 126/05) que autoriza o estado de São Paulo a contratar, com garantia da União, operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 5 milhões.

O Plenário deliberou em seguida sobre o empréstimo destinado a financiar parcialmente o Projeto de Avaliação e Aprimoramento de Política Social de São Paulo.

O relator, senador César Borges (PFL-BA), disse que a operação está inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de São Paulo e em acordo com a legislação sobre o assunto.

Ele ressaltou que estimativas da Secretaria do Tesouro Nacio-

nal concluíram que a operação de crédito implicará um custo efetivo equivalente a 5,86% ao ano. Esse valor, segundo ele, é indicativo favorável para a contratação, se comparada com operações realizadas pelo governo brasileiro com emissões de títulos da República.



César Borges destaca que operação está inserida no programa de ajuste fiscal

ROOSEVELT PINHEIRO

PLENÁRIO

Pauta liberada: mutirão de votações

Após mais de 20 dias com a pauta obstruída, o Plenário do Senado deu início ao mutirão de votações proposto pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. Foram apreciados 71 itens, a começar por duas medidas provisórias que travavam a pauta.

Por tratar de vários assuntos, uma delas foi aprovada apenas parcialmente, primeiro exemplo de mudança. Na base do acordo para o mutirão, está a expectativa de conclusão dos trabalhos da comissão que irá propor um novo rito de tramitação para as MPs.

Novas regras para MPs em fase decisiva

O acordo que levou o Plenário do Senado a desobstruir a pauta na última terça-feira terá desdobramentos decisivos nesta semana. Está prevista para esta quinta-feira a consolidação, provavelmente via proposta de emenda à Constituição, das várias sugestões de alteração do rito das medidas provisórias (MPs) no Congresso Nacional.

O parecer está sendo elaborado pelo deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), relator da comissão mista que discute as novas regras, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

No encontro entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, líderes partidários e membros da comissão, houve consenso apenas sobre algumas sugestões, como a proposta, defendida por Renan, de que a MP passe a tramitar como projeto de lei caso o Congresso entenda que ela não é urgente nem relevante.

– Isso ajuda muito, porque, se você simplesmente derruba uma MP, aquela matéria não pode



Líderes chegam a consenso quanto à idéia de a MP tramitar como projeto de lei se não for considerada urgente nem relevante

voltar à pauta durante toda a sessão legislativa – avaliou o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Segundo ele, deve haver acordo ainda para proibir a criação de tributos por MP, fixar o prazo de votação em 120 dias e alternar o início da tramitação entre as Casas. Além disso, as comissões de Constituição e Justiça da Câmara ou do Senado julgariam

a urgência e a relevância, sendo suficiente a decisão de apenas uma delas.

O principal entrave refere-se ao início da eficácia das MPs. A oposição pretende que isso aconteça apenas após o julgamento quanto à urgência e relevância, enquanto o governo deseja manter a regra atual. Ou seja, ela entraria em vigor assim que fosse editada.

Mais prazo para entregar as armas

O Senado aprovou na terça-feira a ampliação do prazo da campanha nacional para a entrega de armas de fogo pela população por mais dois meses, até 23 de junho. A partir de acordo de lideranças, os senadores aprovaram o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 07/05, que trata exclusivamente do desarmamento. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relator do substitutivo aprovado, suprimiu da medida provisória original (MP 229/04) o dispositivo que destinava recursos da Loteria Esportiva para o programa Bolsa-Atleta.

Os senadores também excluíram do texto da MP emenda da Câmara dos Deputados que permitia a

algumas categorias profissionais, como fiscais da Receita Federal, utilizar armas. Como foi alterada no Senado, a matéria retorna à Câmara, onde já havia sido aprovada.

O fato de a MP ter incluído outras propostas foi criticado por Romeu Tuma (PFL-SP).

– Uma MP que trata de assunto tão delicado como o desarmamento acabou recebendo de contrabando questões de interesse do futebol – lamentou.

César Borges (PFL-BA) fez a mesma crítica, além de estranhar que a proposta da Câmara tratasse do desarmamento e de autorização sobre o uso de armas.

A Campanha do Desarmamento já recolheu 300 mil armas em todo o país, segundo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Ele diz que agora a meta é chegar a 500 mil até o fim de junho. O ministro participou na terça-feira, em São Paulo, do Ato Ecumênico da Campanha de Desarmamento, que reuniu milhares de pessoas e contou com a participação do presidente do Senado, Renan Calheiros. Para Thomaz Bastos, a campanha está dando resultados.

– Além de termos superado a meta de entrega de armas, o país assistiu à redução do número de homicídios em função do Estatuto do Desarmamento. No estado de São Paulo, os índices de homicídios recuaram 18%. Na região metropolitana de Curitiba, os dados mostram redução de 27% – narrou o ministro.



Maguito Vilela

Senadores elogiam decisão

Vários senadores saudaram o desmembramento da Medida Provisória 229/04. Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), o Senado “aplicou um freio” no processo de tramitação de MPs. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), considerou o desmembramento uma “boa solução” para melhorar o fluxo de votações e evitar o “contrabando de temas” que nada têm a ver com o objetivo principal das MPs.

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu que os senadores votassem contra a MP. Para o parlamentar pernambucano, os

auditores fiscais não necessitam do porte de arma, devendo ser protegidos pela polícia.

Romeu Tuma (PFL-SP) aplaudiu o relator Maguito Vilela (PMDB-GO) por ter acolhido apenas o artigo que prorroga o prazo para a entrega de armas à Polícia Federal. Já César Borges (PFL-BA) criticou a atuação da Câmara dos Deputados, onde ainda tramita o projeto de lei que autoriza a realização do referendo sobre a proibição da

venda de armas de fogo.

– Depois da mobilização nacional para aprovar o Estatuto do Desarmamento, assistimos agora à tentativa de desvirtuar o referendo. Estão tentando alterar a pergunta que será feita ao povo brasileiro – protestou. Ao comentar a Campanha do Desarmamento, Aloizio Mercadante (PT-SP) elogiou a atuação da Polícia Federal, que, no seu entender, “vem apresentando desempenho exemplar”.

Desmembramento é apontado como antídoto a “contrabando” de temas em MP

Aprovado repasse extra de verbas para o Bolsa-Família

O Plenário do Senado aprovou a Medida Provisória 230/04, que destinou R\$ 564,6 milhões ao programa Bolsa-Família e ao Auxílio-Gás, proveniente de excesso de arrecadação. A votação liberou a pauta de votações do Plenário, que imediatamente passou a votar cerca de 40 itens que estavam obstruídos havia semanas.

O relator da medida provisória, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), destacou a importância do novo aporte de recursos, o que

permitiu ao governo incluir no programa mais 1,5 milhão de famílias pobres e possibilitou agora incorporar mais 1,4 milhão de famílias.

A mesma MP transferiu do Orçamento da União ao Ministério da Saúde R\$ 80 milhões, para auxílio às famílias em condição de extrema pobreza, com crianças de até seis anos de idade. O Ministério da Defesa também recebeu R\$ 4,5 milhões para adestramento das Forças Armadas.

Senado autoriza empréstimo para controle do espaço aéreo

Também foi aprovado pelo Plenário projeto de resolução que autoriza o governo federal a contrair empréstimo em um consórcio de bancos formado pelo Banco Bilbao Vizcaya, BNP Paribas e Banco Santander Central Hispânico. O contrato, de US\$ 698 milhões, permitirá

adquirir bens e serviços destinados ao Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

O projeto da Câmara que aumenta em 15% a remuneração dos servidores daquela Casa também foi aprovado pelos senadores.

ENSINO BÁSICO - O Plenário do Senado também aprovou terça-feira substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado que torna obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Com a decisão, a matéria segue agora para sanção do presidente da República.

IRAQUE - O Senado encaminhará voto de solidariedade ao povo iraquiano em virtude da situação em que se encontra aquele país, sob ocupação militar estrangeira desde março de 2003. A iniciativa da proposição foi do senador João Capiberibe (PSB-AP).

PAIS SEPARADOS - Pais que se separarem amigavelmente poderão ser obrigados a entrar em acordo prévio sobre o regime de visitas aos filhos, prevê outro projeto aprovado na terça. Conforme a proposta, que agora vai à sanção presidencial, o regime deve constar da petição de separação consensual.

INDONÉSIA - O Senado enviará moção ao presidente da Indonésia, Susilo Bambang, pedindo que seja comutada a pena capital imposta ao brasileiro Marcos Archer. Também acolheu requerimento de voto de pesar aos presidentes dos países atingidos pelo maremoto de 2004.

CAUSAS JUDICIAIS - Os senadores acataram proposta da Câmara que define novas regras para a atribuição de valor nas causas judiciais. Como a matéria recebeu três emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, voltará a ser examinada pelos deputados federais.

PRISÃO - Outro projeto aprovado altera o Código de Processo Penal (CPP), simplificando o registro da prisão em flagrante, de modo a acelerar a liberação do policial que prendeu o infrator e das testemunhas que presenciaram o crime. A matéria vai à sanção.

PARENTES - Com o voto contrário de Aloizio Mercadante (PT-SP), o Plenário votou pela proibição do exercício da advocacia por parentes de membros do Poder Judiciário, junto aos órgãos que estejam sob a jurisdição destes. A matéria voltará a ser apreciada pela Câmara dos Deputados.

REGIMENTO - Foi aprovado requerimento para que seja constituída uma comissão, encarregada de apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal. A comissão terá cinco membros titulares e cinco suplentes, e prazo de 60 dias para concluir os trabalhos.

COMISSÕES

Autonomia para o BC divide opiniões



A concessão de autonomia ao Banco Central está longe de obter consenso, segundo ficou demonstrado em audiência pública promovida na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Participaram os economistas Edmar Bacha, fundador do Instituto de Estudos de Política Econômica do Rio de Janeiro, e Paulo Nogueira Batista Júnior, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, além de Sérgio da Luz Belsito, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários da instituição.

A audiência, convocada para debater a reestruturação do sistema financeiro e, mais especificamente, a concessão de mais autonomia

ao BC, foi proposta pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente da comissão.

Enquanto Batista Júnior se manifestou contrário à idéia, dando a entender que o órgão já tem poder demais no Brasil, Bacha defendeu a independência do BC para afastar a tentação do Executivo de gastar demais em

período pré-eleitoral.

– O BC no Brasil é um transatlântico. Ele define política monetária, fixa taxa de juros, manda na política cambial e tem o dever de fiscalizar os bancos – ressaltou Batista Júnior.

Já o professor Edmar Bacha garantiu que a independência do BC traria mais eficácia no controle da inflação ao dificultar gastos exagerados por parte do governo. Ele crê que a autonomia sinaliza o compromisso com a estabilidade de preços. Essa conjugação de fatores resultaria em credibilidade internacional, frisou o economista.

Enquanto Batista Júnior se opõe à idéia, Bacha defende independência

..... e diretores, sem garantias contra

demissões.

Entre os senadores que participaram da audiência, Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou que a atual legislação já concede excessiva independência ao BC. Para senadora, o Brasil precisa encontrar uma fórmula própria de atuação da instituição, em vez de simplesmente copiar experiências estrangeiras. Eduardo



Em Brasília, manifestantes realizam protesto em frente ao edifício-sede do Banco Central

Suplicy (PT-SP) sugeriu que o Banco Central inclua entre suas atribuições, além da estabilidade monetária, a desconcentração de renda e o aumento do emprego.

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, observou que não há consenso no seu partido sobre o tema, mas ressaltou sua posição favorável à autonomia do BC e à política de metas de inflação.

Influência do sistema financeiro

O professor Nogueira Batista, que abriu o debate na comissão, disse que o principal questionamento a ser feito acerca da independência do BC é o seguinte: “O Banco Central deve ser autônomo em relação aos poderes políticos eleitos ou aos interesses do sistema financeiro privado?” O economista afirmou que o BC tem uma “relação simbiótica” com os bancos, de onde são oriundos vários diretores e presidentes da instituição.

O economista não foi o único a manifestar preocupação com o relacionamento entre o banco e as instituições financeiras privadas.

– A missão do BC não pode ficar limitada a obter a estabilidade de preços na economia. É preciso favorecer o crescimento econômico e a geração de empregos, e isso somente será possível se o BC conseguir se livrar das garras do sistema financeiro que o está chantageando, por força de seu gigantismo – destacou Sérgio Belsito, presidente do sindicato dos servidores do BC.



Jereissati (D), ao lado de Edmar Bacha e Nogueira Batista Júnior, participou do debate na Comissão de Assuntos Econômicos

Os defensores da tese argumentam que o setor financeiro no Brasil é extremamente poderoso, inclusive porque ocorre uma concentração de forças em pequeno número de instituições bancárias. Tal característica é ainda mais exacerbada, dizem, porque o mercado local é fechado, ou seja, a legislação dificulta a entrada de competidores estrangeiros. Essa, segundo eles, é

uma das razões que explicam por que vigoram no Brasil altíssimas taxas de *spread* – a diferença entre os juros que o banco paga pelo dinheiro que capta no mercado e o que cobra pelos empréstimos que faz.

O senador César Borges (PFL-BA) ressaltou que as diretrizes do BC devem estar ligadas às forças políticas, e não às forças de mercado.

Não há consenso nos países em desenvolvimento

O que é bom para outros países é bom para o Brasil? E quando se trata do tema da autonomia de um banco central? Existe consenso mundial sobre o assunto? Essas questões foram levantadas durante o debate pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Não são perguntas fáceis de responder – na verdade, não existe consenso nem entre os economistas. Estudos como o que foi feito pelo professor Alberto Alesina da Universidade de Harvard demonstram que países com bancos centrais mais independentes obtêm taxas médias de inflação menores. Mas Alesina estudou apenas países industrializados.

Outras pesquisas, que levam em conta a autonomia dos bancos centrais em países em desenvolvimento, mostram resultados diferentes. Um exemplo é o estudo feito por Eva Gutiérrez, para o Fundo Monetário Internacional (FMI), com 26 países da América Latina e Caribe, intitulado *Inflation Performance and Constitutional Central Bank Independence* (Desempenho da inflação e independência constitucional do Banco Central). “Evidências empíricas de países in-



Garibaldi indaga sobre tratamento dado ao banco central de outros países

dustrializados confirmam que aqueles com bancos centrais independentes tendem a ter um melhor desempenho em termos de inflação”, escreveu Eva. “Entretanto, não há muita base para essa teoria quando estudamos a relação entre independência do Banco Central e a inflação em países em desenvolvimento.”

Diante disso, os especialistas concordam que é essencial, em países como o Brasil, haver consenso político em torno da necessidade da estabilização de preços para manter a inflação baixa. Com ou sem autonomia do Banco Central.

Transferência da fiscalização a outro órgão

Os participantes do debate na CAE demonstraram preocupação com o fato de que o Banco Central, além de executar a política monetária, fiscaliza o sistema financeiro. Para eles, uma separação das duas atividades deve constar de um projeto de autonomia do BC. Ou seja, o banco ganharia independência, mas perderia a prerrogativa de supervisionar os bancos priva-

dos. A idéia é que o órgão se concentre naquela que deveria ser sua função precípua: cuidar da moeda.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) tem um projeto de autonomia do BC em tramitação no Senado que propõe a transferência da fiscalização do sistema financeiro para outro órgão, a ser criado pelo Poder Executivo.

De qualquer forma, trata-se de uma questão espinhosa. Segundo os especialistas, um órgão fiscalizador do sistema financeiro – seja o próprio BC ou uma agência externa – sempre poderia ficar à mercê da influência poderosa dos bancos.

Outra questão levantada na audiência pública foi relacionada ao Conselho Monetário

Nacional (CMN), que define as metas de inflação. Nogueira Batista Júnior, da FGV-SP, e Belsito, do sindicato dos servidores, defenderam aumento na composição do conselho, hoje integrado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, e pelo presidente do BC. A proposta visa incluir, por exemplo, representantes de outros ministérios e de sindicatos.



Proposta de Rodolpho Tourinho prevê criação de órgão para fiscalizar sistema financeiro

COMISSÕES

Lúcia Vânia deve mudar projeto do ato médico

A relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do projeto de lei que regulamenta o ato médico, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), informou, por meio de sua assessoria, que tem se reunido com todas as categorias envolvidas e deve apresentar, no fim deste mês, um substitutivo contemplando as reivindicações de todos os profissionais da área de saúde.

Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no ano passado, o projeto define como atribuições privativas dos médicos a formulação do diagnóstico e a prescrição terapêutica das doenças.

Esse é o ponto da proposta mais contestado pelas outras categorias ligadas à saúde. Parecer técnico divulgado recentemente pela Campanha contra o Projeto de Lei do Ato Médico avalia que a proposição “dá margem para

interpretar que nenhum outro profissional da área de saúde, a não ser o médico, é competente para realizar prescrições terapêuticas, mesmo quando essas dizem respeito aos que estão dentro de sua competência de atuação, como, por exemplo, os diagnósticos psicológicos”.

A questão, no entanto, já está sendo revista. O senador Tião Viana (PT-AC), autor do substitutivo aprovado pela Comissão de Justiça, disse que apresentou uma emenda que garante o respeito à atuação dos demais profissionais (*ver matéria nesta página*).

Manifestações no Congresso

Insatisfeitos com o conteúdo do projeto de lei em análise na Comissão de Assuntos Sociais, representantes das categorias de profissionais da saúde que se mobilizam contra a proposta re-

alizaram manifestação, semana passada, no Senado Federal.

Eles entregaram ao presidente da Casa, Renan Calheiros, em seu gabinete, novo abaixo-assinado com outras 500 mil assinaturas. Anteriormente, essas categorias haviam apresentado aos senadores outro documento contendo igual número de adesões.

Também está prevista, para os próximos dias, uma reunião entre os responsáveis pelo movimento e a relatora da proposta na CAS, Lúcia Vânia, além de manifestação em frente ao edifício do Congresso Nacional, contra o projeto que regulamenta o ato médico.

As categorias que integram a campanha fazem questão de deixar claro que reconhecem o direito dos médicos de pedir ao Poder Legislativo a regulamentação da profissão. Mas discordam do conteúdo da proposta em discussão.

Emenda de Viana pode encerrar polêmica

Uma emenda de iniciativa do senador Tião Viana ao projeto do ato médico deve apaziguar as discussões entre os profissionais da saúde. A emenda mantém o diagnóstico e a indicação terapêutica como práticas privativas dos médicos, mas garante que as leis já existentes serão respeitadas. “Não haverá sobreposição de legislação”, afirmou.

Dessa forma, explicou, permanecem resguardadas as atribuições das demais profissões da saúde já regulamentadas. Como, por exemplo, a lei determina que cabe ao psicólogo indicar o diagnóstico psicológico, essa prerrogativa será preservada. O mesmo

se aplica a profissionais aos fisioterapeutas, biólogos e enfermeiros, entre outros profissionais, disse o senador.

Tião Viana admitiu que o projeto trata de um tema bastante complexo, mas assegurou que a alteração vai satisfazer as necessidades de todas as partes envolvidas.

Para o senador, o debate em torno da proposta está “repleto de equívocos” e não há mais motivo para tanta polêmica, já que existe acordo para que a modificação seja acatada. “Assim como



Emenda de Tião Viana garante respeito à atuação dos demais profissionais

eles garantiram as atribuições deles, cabe aos médicos fazer o mesmo”, argumentou.

Pré-escola gratuita será votada na terça

Acordo firmado quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) prevê que a proposta de emenda à Constituição (PEC) da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que torna obrigatória e gratuita a oferta de creche e pré-escola para crianças de zero a seis anos seja votada em Plenário nesta terça-feira.

A matéria tinha sido discutida em Plenário na última terça-feira, mas voltou à CCJ para exame de emenda oferecida por Aloizio Mercadante (PT-SP), prevenindo prazo para implantação da medida. Por equívoco da Mesa, faltaram duas assinaturas para que a emenda alcançasse um total de 27 e pudesse ser votada pela comissão.

A proposta (PEC 40/00) modifica o artigo 208 da Constituição, que determina ser dever do Estado fornecer creche e pré-escola para crianças até seis anos. A senadora quer tornar essa oferta “obrigatória



Proposta de Heloísa Helena torna obrigatória oferta de educação infantil no país

e gratuita”.

Heloísa destacou que a medida beneficiará as crianças pobres, que ficam sozinhas em casa enquanto suas mães estão trabalhando, muitas vezes “cuidando dos filhos dos outros”.

Durante o debate da proposta na CCJ, diversos senadores se manifestaram a favor. Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Aloizio Mercadante lamentaram o “erro da Mesa diretora” que impediu

a votação da emenda de Mercadante pela CCJ. Maguito Vilela (PMDB-GO) leu documento emitido pela Mesa do Senado, afirmando ter-se tratado de um engano.

À tarde, em discurso no Plenário, Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a proposição de Heloísa. Citando dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento, ele disse que, para cada dólar investido em políticas públicas para a primeira infância, se economizam sete dólares que teriam de ser investidos em assistência social, atendimento a doenças mentais, manutenção de sistemas prisionais, repetência e evasão escolar.

– Investir em educação básica, de zero aos seis anos, constitui uma política revolucionária, que mudará definitivamente a maneira de tratar nossas crianças pequenas, pois transformará para muito melhor sua capacidade de aprender – argumentou Suplicy.

Viana propõe ao SUS análise da gestão financeira de hospitais

O senador Tião Viana (PT-AC) propôs que os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) reúnam seus conselhos nacional e estaduais “e façam uma reflexão profunda sobre o que está acontecendo na gestão financeira da rede hospitalar pública.”

Sua preocupação, disse, baseia-se no custo-paciente dos hospitais da Rede Sarah de Hospitais (US\$ 163,44), quando comparado ao do SUS, que é de R\$ 426,00. Esse custo, no Ceará sobe para R\$ 541,76; no Rio Grande do Norte é de R\$ 608,30; em Pernambuco, R\$ 567,00; e em São Paulo, que é o mais caro do Brasil, R\$ 754,00. “No Sarah, bem menos de R\$ 500”, observou Viana.

– Há algo errado acontecendo na gestão financeira do SUS. Quando visitamos o Hospital de Base do Distrito Federal, que é do SUS, ficamos constrangidos pelas limitações com que é feito o atendimento ao paciente, e quando se vai ao Sarah, que fica a 50m distante do HBDF, é como se estivéssemos em um hotel de

luxo, sendo que o nível de satisfação dos pacientes supera os 99%, apesar do custo paciente do Sarah ser inferior.

Ao fazer um balanço da prestação de contas da Diretoria da Associação das Pioneiras Sociais, Tião Viana destacou que, no exercício de 2004, os indicadores demonstram que a assistência médica prestada pela Rede Sarah vem crescendo, mantendo-se o padrão de produtividade dos empregados e de eficiência na aplicação dos recursos, ao tempo em que se observa melhoria contínua do padrão de qualidade da assistência prestada aos pacientes.

O número de pacientes em 2004, relatou, foi de 1.323.086, superando em 579.825 o atendimento realizado em 1997, o que significa um crescimento de 78%. Viana informou que o montante de recursos aplicados para esses atendimentos (pessoal, custeio e equipamentos) caiu de US\$ 126 milhões, em 1997, para US\$ 112 milhões em 2000, e US\$ 110,9 milhões em 2004.

Coronel da PM preso diz ser vítima de perseguição

O tenente-coronel da Polícia Militar Valdir Copetti Neves disse, na segunda-feira, que está na prisão devido à “perseguição política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari”. A afirmação foi feita em depoimento prestado em Curitiba, a integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra da Terra, presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Copetti Neves foi detido sob a acusação de comandar uma milícia armada a serviço de fazen-

lado. Uma indagação que ficou sem resposta foi a do relator da CPI, deputado federal João Alfredo (PT-CE), sobre se o acusado havia participado, em 1998, da ação de reintegração de posse da Fazenda Santa Gertrudes, no interior do estado.

João Alfredo afirmou que há evidências de envolvimento do Grupo Águia, da PM paranaense, com a atuação de milícias armadas contratadas por fazendeiros ligados à União Democrática Ruralista (UDR). O foco da ação dessas milícias seria a região próxima ao município de Ponta Grossa.

Valdir Copetti disse ser “um estudioso do combate ao crime organizado”. Ele apresentou à comissão algumas pesquisas que realizou, incluindo monografia sobre as ações do MST. O tenente-coronel acusou o secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, de realizar gravações eletrônicas ilegais. Também acusou o secretário de Trabalho, Emprego e Promoção Social, Roque Zimmerman, de desviar recursos para o MST.

Policial afirma à CPI da Terra que é defensor do direito de propriedade

deiros no Paraná. Ele também é acusado de tráfico internacional de armas.

– Estou preso porque sou defensor do direito de propriedade, que está fincado na Constituição federal. Sou a favor daqueles que compram e pagam, e não daqueles que tomam. Não sou contra o MST, mas contra a liderança criminosa desse movimento – declarou.

Copetti Neves deixou de responder a muitas das indagações dos parlamentares, invocando seu direito de permanecer ca-



Integrantes da CPI da Terra ouvem em Curitiba depoimento de Valdir Copetti Neves, preso sob acusação de comandar milícia

COMISSÕES

Ministro culpa prefeitura do Rio por crise na saúde

A decisão do governo federal de decretar estado de calamidade pública na cidade do Rio de Janeiro e requisitar a administração de seis hospitais decorreu da “falta de vontade política e capacidade do município para gerir os recursos que recebia desde 1999, quando passou a ser gestor pleno do sistema de saúde”. A afirmação é do ministro da Saúde, Humberto Costa, durante audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O ministro compareceu na terça-feira à Casa, a pedido dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Demostenes Torres (PFL-GO), para debater assuntos ligados à área da saúde, entre eles a crise no Rio de Janeiro, a morte de crianças em áreas indígenas e a escassez de medicamentos contra a Aids. Como a sua explanação inicial foi bastante demorada, os membros da comissão decidiram

dividir a audiência pública em duas partes. Assim, na próxima quinta-feira, o ministro retorna à CAS para responder às perguntas dos senadores.

Costa assegurou não ter fundamento a alegação do Rio de Janeiro de que o governo federal é co-responsável pela crise, por não ter repassado os recursos necessários à boa gestão da rede pública de saúde. Ele explicou que, em 2004, o Rio de Janeiro deixou de receber R\$ 36,5 milhões por não apresentar projetos, como os de saúde bucal, ou por deixar de aderir a programas, como o Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

Para tentar amenizar o atraso, o ministro informou que o Ministério da Saúde propôs acordo com o município, recusado pelo prefeito César Maia.

– O prenúncio da situação de caos foi a não realização da reposição de pessoal que deveria ter sido feita desde 1999 pelo governo – disse Costa.

O acordo rejeitado

Segundo o ministro Humberto Costa, o governo federal ofereceu a liberação de diversos repasses ao Rio de Janeiro para solucionar a crise na saúde sem intervenção. A proposta, conforme o ministro, teria sido rejeitada pelo prefeito César Maia. O acordo envolvia os seguintes recursos:

- ▶ R\$ 46 milhões para aumentar o teto financeiro
- ▶ R\$ 38 milhões para o Qualisus (programa de melhoria no atendimento e nas instalações da saúde pública)
- ▶ R\$ 55 milhões para a reforma e aquisição de equipamentos em 2005
- ▶ R\$ 89 milhões para reformas em 2006 e 2007
- ▶ R\$ 100 milhões que a prefeitura economizaria com a transferência dos hospitais da Lagoa e de Ipanema para a administração federal



Ministro Humberto Costa apresenta os números da área de saúde na Comissão de Assuntos Sociais. Ele retorna à CAS na quinta-feira para responder às perguntas dos senadores

Verbas para saúde dos indígenas vão triplicar

Em relação ao atendimento às populações indígenas, o ministro lembrou que foram atingidos vários objetivos do ministério, como a redução das taxas de mortalidade infantil. Em 2002, essa taxa era de 55,7 por mil índios nascidos. Em 2004, caiu para 47,4 por mil nascidos, já abaixo da meta traçada de 48 por mil nascidos, informou.

Modificado em 2004, o atendimento aos indígenas passou a ser feito de forma integrada pelo ministério e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Foram repassados, em 2004, R\$ 236 milhões para o setor, e a previsão de repasse para 2005 é de R\$ 794,5 milhões, informou Humberto Costa aos senadores.



Crianças indígenas em reserva: três vezes mais recursos serão liberados este ano

Meta é expandir número de leitos nas UTIs

O ministro Humberto Costa atribuiu a “uma série de mal-entendidos” as dúvidas geradas pela proposta de novos critérios para a internação nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) da rede pública de saúde. Ele informou que a intenção do ministério é continuar a expandir o número de leitos de UTI no país e assegurou que o governo nunca cogitou deixar que “a burocracia” decida quem deve ou não ser internado.

– Nenhum cidadão deixará de ter acesso às UTIs por qualquer resolução burocrática do Ministério da Saúde. A autoridade para determinar qual o tipo de procedimento a ser dado a qualquer paciente é do próprio profissional médico.

Fornecimento do coquetel anti-Aids está regularizado

Atrasos na entrega da matéria-prima para os laboratórios fornecedores do Ministério da Saúde foram responsáveis pelas quedas dos estoques de alguns medicamentos do coquetel anti-Aids, explicou Humberto Costa. “Rapidamente superamos momentos críticos em relação a esse problema”, garantiu o ministro, explicando que o remanejamento de estoques nos estados, a aquisição emergencial, a importação e a realização de novos contratos com laboratórios contornaram a falta dos medicamentos.

– Há estoque estratégico de cinco meses para o AZT – informou.

Para atender a demanda de 2005 e recompor estoques, Humberto Costa disse que o ministério precisará de suplementação orçamentária de R\$ 944,7 milhões. Pedido inicial de R\$ 394,7 milhões será enviado ao Congresso.

Combate à psoríase pode ter dia nacional

Os três expositores convidados pela Comissão de Educação para discutir o projeto (PLS 282/04) que institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase (29 de outubro) foram unânimes na defesa da proposta. A audiência foi sugerida pelo relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), cujo parecer é favorável ao projeto do senador Delcídio Amaral (PT-MS).

– O pior mal da psoríase não é a doença em si, mas seus efeitos, como a depressão – afirmou.

Para a dermatologista Luna Azulay Abulafia, a proposta é uma forma de educar a sociedade, principalmente contra o “charlatanismo das curas milagrosas”.

– A psoríase é uma doença crônica que pode até matar, por complicações ou pelo uso inadequado de medicamentos – advertiu.

Segundo a dermatologista Gladys Martins, do Hospital da Uni-

versidade de Brasília, a doença gera impacto econômico e social, pois afeta a qualidade de vida.

Já a presidente da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase, Gladis Lima, ressaltou que o dia nacional será um símbolo contra o preconceito e resgatará a auto-estima do paciente.

O senador Mão Santa lembrou que “a saúde é um direito de todos e um dever do Estado”. Para ele, o governo precisa ter “sensibilidade e obediência” à Constituição.

Para Romeu Tuma (PFL-SP), o projeto deve ser aprovado com urgência para que o governo se comprometa com a doença.

Já Sérgio Zambiasi (PTB-RS) lembrou que há uma portaria pronta para ser publicada pelo Ministério da Saúde que prevê a distribuição gratuita de dois medicamentos de combate à psoríase. Ele defendeu a publicação imediata do documento e a inclusão posterior de outros dois remédios necessários no tratamento contra a doença.



Zambiasi pede agilidade ao governo para tornar remédios contra psoríase gratuitos

Doença afeta 3% da população

A psoríase é uma doença inflamatória de pele, benigna, crônica, de causa desconhecida, relacionada à transmissão genética, mas que depende de fatores desencadeantes para o seu aparecimento ou agravamento. Manifesta-se por meio de lesões avermelhadas, com descamação seca e branca e pode ocorrer em qualquer parte do corpo ou em todo ele. As unhas também podem ser afetadas e, muito raramente, as articulações, causando artrite psoriática.

O tratamento é feito, geralmente, com pomadas que proporcionam alívio de curta duração, mas há outras drogas mais potentes. O problema é que os medicamentos possuem efeitos colaterais e também levam, freqüentemente, ao recu-

descimento da psoríase, assim que o tratamento é suspenso.

Segundo a Associação Brasileira de Psoríase (Abrapse), a doença afeta cerca de 3% da população mundial e acomete igualmente homens e mulheres, em qualquer idade. No Brasil, mais de 5 milhões de pessoas sofrem com a patologia, que não tem cura e não é contagiosa.

A psoríase, explicou a dermatologista Gladys Aires, afeta a qualidade de vida do paciente, pois o incapacita socialmente, interferindo em suas relações sociais e no trabalho. É difícil o paciente conseguir um emprego e mantê-lo, devido à possível gravidade das lesões. Em alguns casos, a doença pode exigir repouso e isso interfere na produtividade.

PLENÁRIO

Tancredo foi "mártir da liberdade", diz Sarney

Às vésperas da passagem dos 20 anos da morte do ex-presidente Tancredo Neves, o senador José Sarney (PMDB-AP), seu parceiro no projeto de redemocratização do país, rendeu homenagens ao legado do político mineiro, a quem



José Sarney

exaltou como "construtor da transição democrática e mártir da liberdade política".

Quinta-feira, Sarney visitou o túmulo de Tancredo em São João Del Rey (MG) para lembrar os momentos vividos ao seu lado, na passagem do regime militar para a democracia.

– A lição de Tancredo Neves é a lição de uma vida. Seu longo percurso, da Câmara de Vereado-

res à Presidência da República, teve uma coerência e uma direção. Coerência na forma de fazer política. Como estadista. Pela negociação, pelo compromisso, pela conciliação e na direção da justiça social, princípios com os quais não

transigia – ressaltou.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) e Romeu Tuma (PFL-SP) fizeram elogios a Sarney, que teria sido escolhido sucessor de Tancredo "sob inspiração do Espírito Santo". Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a "importante contribuição de Tancredo Neves para a história do país", sobretudo no processo de reconquista dos direitos democráticos.

Simon estende o crédito a Ulysses, Covas e Teotônio

Na quarta-feira, véspera do vigésimo aniversário de morte de Tancredo Neves, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) também homenageou o político mineiro. Destacou sua luta pela redemocratização, feita em conjunto com



Pedro Simon

nomes como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e Mário Covas. Tancredo foi eleito presidente em janeiro de 1985, mas não chegou a tomar posse. Em seu lugar, assumiu o vice, José Sarney.

Simon recordou que em 21 de abril se comemora o aniversário de Brasília e o feriado de Tiradentes. "Mas, na verdade, embora o país não tenha oficializado, será também o feriado de Tancredo Neves. Assim como Tiraden-

tes é o proto-mártir que foi esquartejado por defender a Independência, Tancredo também foi esquartejado, com sete cirurgias, e morreu em defesa do seu país, lutando pelos ideais democráticos."

Para o senador, "difícilmente poderá se encontrar homem tão preparado para assumir a Presidência". E destacou o "heroísmo" de Tancredo, lembrando que ele fez segredo sobre seu estado de saúde para garantir o retorno do país à democracia.

– Temos de lembrar também da luta do antigo MDB pela redemocratização, da luta de Ulysses, Teotônio Vilela e Mário Covas ao lado do ex-presidente – completou Pedro Simon.

Guararapes, o berço de um Exército de 357 anos

Os senadores renderam homenagens aos 357 anos do Exército, comemorados no dia 19 de abril, data que remonta à vitória das tropas brasileiras na Batalha dos Guararapes. O embate travado em Pernambuco, em 1648, contra o exército da Companhia das Índias Ocidentais, é considerado o marco inicial do Exército brasileiro. Os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Marcelo Crivella (PL-RJ) destacaram o significado histórico, social e patriótico da data.

Crivella disse que Guararapes reuniu, no "ideal de libertação", brancos, negros e índios, para expulsar os holandeses do Nordeste, "gerando as bases do Exército brasileiro e o sentimento de nação". Também afirmou que a atuação do Exército foi fundamental para o país após 1822, nas campanhas pela Inde-



JANE ARAÚJO

Senadores participam, com autoridades do Executivo, das solenidades em comemoração aos 357 anos do Exército brasileiro

pendência, na proclamação e na consolidação da República.

Quintanilha destacou a importância da instituição "na promoção da cidadania e do bem-estar do povo" e lembrou a atuação das tropas brasileiras no exterior em missões de paz organizadas

pelas Nações Unidas.

Maguito Vilela também homenageou o Exército dizendo que, ao longo da História, sua atuação foi decisiva para a manutenção da unidade nacional, "papel no qual destacou-se o patrono da instituição, Duque de Caxias".

Senadores recebem condecoração

Os senadores Aelton Freitas (PL-MG), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Heráclito Fortes (PFL-PI), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Romeu Tuma (PFL-SP) receberam, no dia 19, a medalha da Ordem do Mérito Militar por serviços relevantes prestados às Forças Armadas. Outros indicados – Gerson Camata (PMDB-ES), Hélio Costa (PMDB-MG) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) – não puderam comparecer à cerimônia, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente, José de Alencar.

Repressão a esposas de militares causa protestos em Plenário

Ao cumprimentar o Exército brasileiro por seu aniversário, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o governo pela repressão à manifestação das mulheres dos militares que protestavam na solenidade do Dia do Exército, à qual estava presente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Antonio Carlos observou que as mulheres reivindicavam o reajuste progressivo de 33% prometido pelo governo no ano passado, cuja segunda parcela, de 23%, deixou de ser paga em março último.

– O governo é democrático, e essas senhoras não iriam derrubá-lo. Portanto, não precisavam ser reprimidas – protestou.

O parlamentar baiano também acusou o governo de não ter previsto verba no Orçamento para o aumento dos militares "para mostrar que os militares não têm mais força no país".

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) considerou gravíssimo o fato de o presidente Lula não ter efetivado o aumento.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) também lamentou que o governo não tenha cumprido a promessa e criticou a ação contra as esposas de militares.

– A repressão a civis, sobretudo a mulheres, não é o que se espera da democracia brasileira – disse Virgílio.

Projetos

Saúde e restrições à eutanásia em pauta

A lei pode tornar clara a proibição da prática da eutanásia, de acordo com o projeto do Estatuto do Enfermo (PLS 103/05), do senador Papaléo Paes (PMDB-AP). A norma define ainda os direitos legais do paciente, como o de não ser submetido a terapias experimentais. A saúde também foi tratada por Pedro Simon (PMDB-RS) em proposta

que determina os direitos do paciente (PLS 101/05) e em projeto de Papaléo, que vincula os contratos diretos dos agentes comunitários de saúde à CLT (PLS 106/05). O número correto da proposta do senador pelo Amapá que concede incentivos fiscais à produção de produtos farmacêuticos e seus insumos, publicada na última edição, é PLS 95/05.

Incentivos aos empregos

O senador Paulo Paim (PT-RS) propôs a criação do Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe). O programa prevê a diminuição das jornadas de trabalho semanais por cinco anos, sem redução de salários, desde que haja aumento da produtividade. A

intenção é fomentar a geração de empregos. Os funcionários contratados em função da redução da jornada perdem o vínculo depois da vigência do programa. Em contrapartida à adesão ao Pepe, as empresas ganham benefícios (PLS 104/05).

Segurança e transparência para urnas eletrônicas

As urnas eletrônicas usadas nas eleições devem conter dispositivo que imprima "espelho" do voto completo, para conferência do eleitor e eventual recontagem. A medida é prevista em projeto (PLS 100/05) apresentado pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR) para dar mais credibilidade à votação nesses dispositivos e certificar que o método não permite a identificação do eleitor.

Uma aposta na vitalidade da educação superior

Proposta do senador Hélio Costa (PMDB-MG) autoriza os estados e o Distrito Federal a deduzirem, das parcelas pagas a título de amortização e encargos da dívida com a União, o montante por eles gasto em educação superior (PLS 102/05). O projeto, argumenta o parlamentar, "é uma aposta na força e na vitalidade da universidade pública brasileira, que tanto tem contribuído para o progresso.

Mais rigor com danos ambientais e trabalho escravo

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) quer proibir concessão de empréstimos a pessoas físicas ou jurídicas que tenham pendentes multas ambientais ou que hajam submetido alguém a condição análoga à de escravo. A restrição, aplicável à contratação por meio de licitação na administração pública, conforme o PLS 108/05, torna mais efetivo o combate aos dois problemas, segundo Ana Júlia.

Projeto define critérios para o título de Herói da Pátria

Proposta do senador Marco Maciel (PFL-PE) regulamenta a homenagem a ilustres brasileiros, por meio da inclusão do nome no *Livro dos Heróis da Pátria* (PLS 99/05). Esse preito, argumenta o senador, não tem respaldo legal. De acordo com

o texto, a distinção será prestada por meio de lei, decorridos 50 anos da morte ou da presunção de morte do homenageado, exceto nos casos daqueles brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 7 e 12 de abril

PLENÁRIO

Maguito aprova prisão de jogador

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestou-se favorável à prisão do jogador argentino Leandro Desábato, acusado de racismo. Maguito ressaltou que a sociedade não pode tolerar esse tipo de crime e que a atitude brasileira é exemplo para o mundo. O jogador Desábato, do Quilmes, foi preso em 13 de abril, após partida contra o clube São Paulo, na capital paulista. Ele foi acusado pelo jogador são-paulino Grafite de ofendê-lo com termos racistas. O atleta ficou preso por dois dias, sendo liberado após pagar fiança. O episódio foi noticiado em todo o

mundo e provocou debates na imprensa. Maguito se disse surpreso pelo fato de a prisão ter sido criticada por algumas pessoas, que alegaram exagero no cumprimento da lei. Segundo o senador, o Brasil é muito criticado por não fazer cumprir as leis e, por isso, não se deve condenar ações como aquela. Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou Maguito por seu discurso. Eduardo Suplicy (PT-SP) concordou em que não se pode tolerar racismo, mas questionou o fato de a polícia ter algemado o jogador ainda em campo.

Azeredo lamenta morte de empresário

Na ata do Senado da sessão da última quarta-feira consta voto de pesar pelo falecimento do engenheiro agrônomo Gualter de Moura Alves, fundador da empresa Plantar Reflorestamentos. O autor do requerimento para a homenagem, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), lembrou que Gualter Moura foi um dos pioneiros na certificação florestal, na exploração sustentável de

florestas homogêneas e na elaboração de projetos de crédito de carbono. O empresário faleceu no último dia 16, aos 69 anos, em Belo Horizonte. Segundo Azeredo, o engenheiro foi um homem "extremamente correto, um empresário com visão social, um homem caridoso e bom". A Plantar, segundo ele, foi fundada em 1967 e tem seu foco principal na gestão de florestas.

Paim defende políticas a favor dos índios

No Dia do Índio, comemorado em 19 de abril, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que a data deveria servir de pretexto para a formulação de políticas públicas pela igualdade entre os povos indígenas e o restante da população. No dia seguinte, ele comemorou os 45 anos de fundação de Brasília e os 170 anos da Assembléia Legislativa gaúcha. Em registro sobre o aniversário da morte de Tiradentes, patrono dos metalúrgicos, Paim também homenageou esses trabalhadores.

Heloísa pede mais terras para povos indígenas

O reconhecimento oficial de sua etnia e de seus territórios, com a demarcação e a homologação de suas terras, é a forma de homenagear os povos indígenas no Dia do Índio, na opinião da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Antes da "invasão européia", disse ela na última quarta-feira, o Brasil tinha 5 milhões de índios e 900 etnias, população drasticamente reduzida para cerca de 700 mil índios, distribuídos em mais de 220 etnias. Em Alagoas, pelo menos cinco povos indígenas querem reconhecimento oficial, disse.

CÉLIO AZEVEDO



Paulo Octávio (E), autor do requerimento para realização da sessão, enaltece a figura do candango

Homenagens aos 45 anos de Brasília

O Senado realizou, no dia 20, sessão especial em homenagem aos 45 anos de Brasília, comemorados no dia seguinte. Na direção dos trabalhos, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que "obstinação e quase teimosia" moveram Juscelino Kubitschek e que essas são qualidades fundamentais nos realizadores de grandes obras. Renan homenageou os pioneiros da cidade, representados na solenidade por Geraldo Vasconcellos, Eneida de Fátima Freitas e pelo embaixador Aluísio Napoleão e

sua mulher, Regina. – Assim como ainda não terminamos a construção de Brasília, também não concluímos a construção democrática do Brasil. Muito temos que concretizar. Para isso, eu, como presidente do Senado, envidarei todos os esforços – garantiu Renan. Já o senador Paulo Octávio (PFL-DF), autor do requerimento para a realização da sessão especial, disse que Juscelino conseguiu transformar o Brasil, "de eterno país do futuro, em país do presente". – Do sonho, Juscelino fez

realidade, das palavras fez ação, e dos discursos construiu avenidas e prédios, fez estradas, pontes, usinas e fábricas – enfatizou. Paulo Octávio prestou homenagem ao candango, "ao operário que construiu a nova capital", dizendo que, "naqueles tempos heróicos, mostramos que somos competentes". O senador entregou placas comemorativas do 45º aniversário de Brasília ao governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e ao candango Brasileiro, o primeiro a nascer na capital após sua fundação.

Senadores destacam importância da capital

Durante a solenidade, o senador e ex-governador do DF Cristovam Buarque (PT-DF) elogiou a iniciativa de se transferir a capital para o interior do país, mas ponderou que o desenvolvimento "não trouxe as vantagens imaginadas". – O crescimento econômico se deu com alta concentração de renda e com exclusão de imensas massas da população. Como resultado, Brasília não pôde ser a capital de um novo Brasil e se tornou a nova capital do mesmo Brasil, onde uma classe se apropria de quase toda a produção e dos recursos do orçamento público – afirmou.

Para Cristovam, "é preciso corrigir os desvios, promovendo uma revolução que passa por um amplo debate social e pela educação do povo". Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse considerar a fundação de Brasília a realização mais importante do Brasil contemporâneo, por "ter ensejado o maior avanço realizado na ocupação, integração e desenvolvimento de regiões que eram até então desconhecidas do resto do Brasil". O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), homenageou os operários anônimos que trabalharam na construção da cidade, em

especial os pioneiros nordestinos, e a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que considera Brasília "sua segunda casa", pelo carinho com o qual a acolheu. Também fizeram discursos durante a sessão os senadores por Goiás Maguito Vilela (PMDB), que salientou a "ligação especial" existente entre Brasília e o povo de seu estado; Demostenes Torres (PFL), que homenageou o arquiteto e urbanista Lúcio Costa; e Lúcia Vânia (PSDB), segundo a qual Brasília é hoje reconhecida como marco do urbanismo e por suas áreas verdes.

Presidência



O secretário de Administração do Ceará, Mauro Benevides Filho, informou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que, caso o texto da chamada PEC Paralela (227/04) aprovado na Câmara dos Deputados seja confirmado em votação no Senado Federal, provocará um forte impacto negativo nas finanças de todos os estados brasileiros. Segundo Mauro Benevides Filho, em apenas nove desses estados – Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Sergipe e Tocantins – o déficit chegará a R\$ 4,9 bilhões, em um período estimado de 20 anos.

Curtas

ÁSIA - Como forma de estreitar os laços econômicos com o Brasil, o Vietnã manifesta interesse na importação de madeira e também em uma maior colaboração na área do café - o país asiático é o segundo maior produtor do grão no mundo. Os temas foram discutidos, na terça-feira, em reunião entre uma delegação do governo vietnamita e o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC). Outro objetivo da viagem da delegação vietnamita ao Brasil, segundo o Itamaraty, foi granjear apoio internacional para que o país possa ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Renan: Senado é contra o nepotismo

Ao chegar para a sessão plenária de quarta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, falou sobre a campanha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra o nepotismo. Ele disse que o Senado já fez o que tinha de fazer. – O Senado fez sua parte.

Nós tomamos essa iniciativa há anos, quando votamos emenda do então senador Roberto Freire proibindo o nepotismo nos três Poderes da administração pública. Essa emenda está tramitando na Câmara agora, de modo que a palavra está com os deputados - enfatizou.

Intercâmbio entre Brasil e Paraguai

Os Senados do Brasil e do Paraguai assinaram documento, na terça-feira, em Brasília, para permitir o intercâmbio de conhecimentos e serviços entre os Legislativos. Assinaram o memorando os presidentes do Senado brasileiro, Renan Calheiros, e da Câmara de Senadores do Paraguai, Miguel Galiano. No encontro, também foi acordada a criação de um grupo parlamentar para discutir assuntos de interesse dos dois países, como o conflito de terra na região de fronteira.

PLENÁRIO

Garibaldi elogia manutenção de regras para o mínimo na LDO

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) considerou positiva a decisão do governo de manter na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 a regra de reajuste do salário mínimo estabelecida na LDO de 2005, da qual foi relator. Ele lembrou que incluiu emenda para atualizar o mínimo com base no índice da inflação medido pelo INPC somado ao crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita*.

Na opinião de Garibaldi, "o governo vem avançando no seu compromisso de dotar o país de uma política permanente para o reajuste do salário mínimo, evitando, como acontece todos os anos, uma discussão acalorada e improdutiva que na maioria das vezes termina em frustração para a população".

Papaléo quer incentivar indústria farmacêutica

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apresentou projeto de lei propondo a concessão de incentivos fiscais às empresas que produzem fármacos no país. O objetivo, explicou, é reduzir a dependência do Brasil em relação a medicamentos produzidos no exterior.

Os incentivos propostos atingiriam as empresas que produzem os medicamentos contidos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), elaborada pelo Ministério da Saúde, bem como seus respectivos princípios ativos.

– O desenvolvimento de uma indústria farmacêutica que atenda às necessidades básicas da população deve ser uma das principais metas do governo de um país – ressaltou Papaléo.

Osmar Dias denuncia taxaço de madeira pelos Estados Unidos

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apelou ao governo federal para que tome providências junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) para impedir que os Estados Unidos taxem a madeira compensada brasileira em 8%. O senador leu em Plenário carta que recebeu de Luiz Carlos Reis, vice-presidente de Desenvolvimento de Mercado da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada (Abimci), denunciando o fato, e disse que o Brasil deve responder à altura, impondo barreiras alfandegárias ao trigo, por exemplo.

Osmar Dias informou que a taxaço poderá significar uma redução de 50% do total das exportações brasileiras do produto, projetadas para alcançar mais de US\$ 500 milhões em 2005.

Renan elogia escolha do papa Bento XVI

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, disse que o novo papa, o alemão Joseph Ratzinger (que adotou o nome de Bento XVI), tem como uma de suas grandes tarefas "preparar a Igreja para os tempos modernos". Além disso, na sua avaliação, o Papa assumirá uma "tarefa grandiosa", que seria a de tentar reduzir as desigualdades no mundo e levar uma palavra de moderação onde há conflito.

– Em nome do Senado, congratulo-me com a Igreja Católica pela escolha do novo papa. Ele sempre foi muito atuante, é carismático, calmo e um fervoroso defensor da Igreja – destacou o senador. A despeito dos elogios endereçados a Bento XVI, o presidente do Senado admitiu que preferia que a escolha do novo papa recaísse sobre um cardeal brasileiro, porque o país é a maior nação católica do mundo.

Outros senadores também se manifestaram para saudar a eleição do papa Bento XVI. Os parlamentares elogiaram as qualidades do novo pontífice, como a bondade, o zelo pela doutrina da Igreja e a habilidade para administrar.

Marco Maciel celebra sucessão no Vaticano

O senador Marco Maciel (PFL-PE) expressou seus sentimentos de júbilo pela escolha no novo papa da Igreja Católica, Bento XVI. No entendimento de Maciel, o novo papa terá dois grandes desafios: continuar o trabalho realizado pelo papa João Paulo II na missão de realizar um convívio ecumênico e responder aos novos tempos da era cristã, interpretando o Evangelho à luz das mudanças por que passa o mundo. Nesse sentido, o senador citou João Paulo II, para quem "toda ciência deve ter consciência e toda técnica deve ter ética".

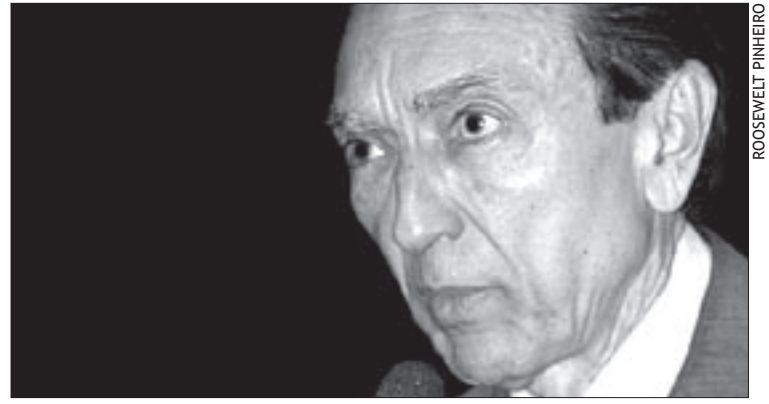
Suplicy se diz receoso com eleição de Ratzinger

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter esperado que fosse eleito papa um cardeal do Terceiro Mundo, como o arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes. Suplicy admitiu que o eleito, Joseph Ratzinger, "deve ter virtudes para ser eleito papa", mas se disse preocupado com a escolha porque Ratzinger, quando era prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, reprimiu teólogos que discordavam da doutrina tradicional da Igreja, como o ex-frade Leonardo Boff.

Lobão pede agilidade na instalação de fábrica

O senador Edison Lobão (PFL-MA) alertou para a necessidade de serem retirados os entraves que estão dificultando a implantação de uma nova siderúrgica na capital maranhense pela empresa estatal chinesa Baosteel. Segundo o senador, a implantação dessa siderúrgica está enfrentando dois problemas: a burocracia que o governo estadual tem de superar para transferir à empresa chinesa o terreno onde se instalará a nova indústria e a dificuldade de deslocar para outro local as famílias que hoje ocupam a área da futura siderúrgica.

O parlamentar maranhense destacou que a nova indústria deverá gerar cerca de 3 mil empregos. Ele lembrou que a Baosteel estipulou para o próximo mês de setembro o prazo máximo para que o governo do estado legalize a documentação relativa à transferência do terreno. Não se cumprindo tal prazo, acrescentou o senador, a Baosteel irá optar por outro país, provavelmente a Índia, para dar prosseguimento aos investimen-



Lobão explica que nova siderúrgica poderá gerar cerca de 3 mil empregos e destaca luta de lideranças empresariais

tos feitos fora da China.

O senador Edison Lobão elogiou ainda a atuação das lideranças civis e empresariais do Maranhão na luta pela implementação da siderúrgica em São Luís. "As nossas lideranças civis, por meio do Fórum Empresarial do Maranhão, estão oferecendo ampla cooperação para que tais dificuldades sejam sanadas, ajudando o governo estadual e a prefeitura nas ações que se fazem necessárias para o desfecho otimista que esperamos não seja tarde", afirmou.

Soja maranhense tem cotação baixa

Lobão também lamentou o preço da saca de soja maranhense. Ele comparou o preço e a qualidade da soja produzida no estado com a de outras localidades.

– Embora o Maranhão ofereça um produto que contém teor de óleo 2% maior do que a soja de outras regiões, o preço que lhe atribui o mercado não corresponde à qualidade do grão. O preço da saca no Maranhão é de R\$ 27, enquanto em Ponta Grossa (PR) atinge R\$ 34 – protestou.

Trabalho escravo na mira de Ana Júlia

Projeto de lei apresentado pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) estabelece que pessoas físicas ou jurídicas que desmatam de forma irregular ou se utilizam do trabalho escravo sejam impedidas de tomar crédito em instituições financeiras.

– A idéia da proposta (PLS 108/05) é impedir que o Estado financie com uma mão o que combate com a outra – afirmou a senadora. A matéria também prevê que essas pessoas não poderão ser contratadas pelo poder público.

Ana Júlia reconhece que o governo federal tem trabalhado para vencer a luta contra o trabalho escravo e contra os desmatadores ilegais. Entre as iniciativas elogiadas pela senadora estão a "Lista Suja do Trabalho Escravo", criada pelo Ministério do



Ana Júlia diz que proposta proíbe crédito para criminosos

Trabalho e Emprego, e a decisão do Banco do Brasil de cancelar o crédito de 60 clientes que fazem parte dessa lista. A parlamentar frisou que sua proposta pretende evitar que atos administrativos do governo sejam questionados na esfera judicial.

Segundo a senadora, a Comissão Pastoral da Terra calcula que haja no país 25 mil pessoas submetidas a condições análogas ao trabalho escravo. Para Ana Júlia, há uma clara conexão entre crimes ambientais e trabalho escravo. A senadora informou que, entre 1995 e 2001, 49% dos casos de escravidão ocorreram em fazendas de criação de gado e 25% estavam relacionados ao desmatamento.

Ela pediu também a atenção para os problemas amazônicos, originados pela impunidade dos criminosos. E disse que recebeu pedido de socorro de pessoas que estão sendo ameaçadas de morte. Um desses pedidos, informou, é de Maria Soraya Ferraz de Lana, chefe da unidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Tucuruí (PA).

Mercadante: imprensa ignora votações

Ao fazer um registro dos trabalhos realizados pelo Senado Federal nas últimas duas semanas, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) fez um apelo para que a imprensa dê outro enfoque à divulgação da produção legislativa da Casa. Ele lamentou que os veículos de comunicação tenham preferência por publicar "frases de efeito" e o "teatro da política" e analisar as matérias discutidas pelo Legislativo.

O parlamentar destacou que, na semana anterior, foram aprovadas pelo Senado a medida provisória do biodiesel, que, para ele, busca abrir um novo caminho para a agricultura familiar, com uma fonte renovável de energia, e a medida

provisória que regulamenta o acesso a documentos oficiais sigilosos. Segundo Mercadante, nenhum veículo divulgou a aprovação da primeira medida e somente um registrou a aprovação da segunda.

Mercadante também ressaltou que, apenas na última terça-feira, o Senado aprovou mais de 70 matérias, entre elas a medida provisória que prorroga para 23 de junho o prazo final para entrega de armas ao Estado pela população; projeto de lei que altera o Código de Processo Civil, que obriga a previsão de visitas



Aloizio Mercadante

aos filhos menores em separação consensual; crédito para compras de equipamentos da Força Aérea Brasileira (FAB); recursos para os estados de São Paulo e Ceará, além da aprovação de nomes de embaixadores, ministro do Superior Tribunal Militar, defensor público-geral da União e diretores de agências reguladoras.

– Há uma ausência da produção legislativa nos veículos de comunicação. Aprovamos matérias de grande interesse nacional, e a imprensa não tem estado atenta – frisou.

PLENÁRIO

Augusto: demarcação prejudica agricultores

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) protestou na quarta-feira contra o modelo de desapropriação de fazendas utilizado pelo governo ao homologar a terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, na semana passada. Segundo o parlamentar, pequenos agricultores produtores de arroz, responsáveis por 6 mil empregos, estão sendo retirados de terras que ocupam há mais de 30 anos, sem a possibilidade de se estabelecer novamente.

Quanto a esses riziicultores, Augusto teme que acabem sendo atraídos para a Venezuela. Já os pequenos proprietários não teriam nem como comprar uma casa em Boa Vista.

O senador pediu que o go-

verno leve em consideração o fato de que esses agricultores convivem há muito tempo com os indígenas, o que garante que não terão nenhum choque cultural com os habitantes da reserva. Augusto Botelho ressaltou que existem inclusive famílias mistas resultantes de casamentos entre descendentes de agricultores e indígenas.

– Quando o presidente Lula foi eleito, acreditamos que ele faria justiça aos humilhados, mas agora nos vemos sem direito de defesa em razão de manobras do



JOSE CRUZ

"Lutaremos no Judiciário até o fim contra desapropriações", diz Augusto

governo. Aviso que lutaremos no Judiciário até o fim – disse o senador Augusto Botelho, que foi apoiado, em aparte, por Paulo Paim (PT-RS).

Intervenção desmoraliza, diz Agripino

O governo federal sai desmoralizado do episódio da intervenção nos hospitais do Rio de Janeiro, disse em Plenário, na quarta-feira, o líder do PFL, José Agripino (RN). Como afirmou o senador, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, na quarta-feira, o julgamento do mandado de segurança impetrado pela prefeitura do Rio contra o decreto presidencial que determinou a intervenção. Por unanimidade, os ministros decidiram que o controle dos hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto deve retornar ao município.

– Com esse fato, o salto do sapato do Ministério da Saúde e do governo Luiz Inácio Lula da Silva baixa. O governo vai sentar à mesa e reconhecer que o repasse de recursos ao município está muito aquém do devido. Se ele cumprir sua obrigação, a prefeitura do Rio terá tranquilamente condições administrativas de oferecer um bom serviço de saúde à população – declarou.

José Agripino observou que a intervenção só é permitida em território federal, não em municípios. Isso caracterizaria, segundo ele, um “pecado de origem”.

– A intervenção foi feita interrompendo um processo de negociação que estava em curso entre a prefeitura e o Ministério da Saúde. Foi um ato político, para fazer propaganda – assegurou o senador.

O parlamentar questionou o que o Ministério da Saúde teria a dizer sobre a fila de seis meses para radioterapia no Instituto do Câncer (Inca), que é de responsabilidade federal.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que é fundamental prevalecer o interesse da população.

Alvaro Dias pede que ministro explique denúncia de fraude

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou na quarta-feira do ministro da Saúde, Humberto Costa, explicações sobre denúncia de fraude em licitação naquela pasta. O parlamentar paranaense referiu-se à seleção de empresas para realizar eventos, promovida pela

ROOSEWELT PINHEIRO
Alvaro Dias

Coordenação Geral de Recursos Logísticos. Há indícios, segundo o senador, de que a empresa vencedora foi municiada por informações privilegiadas e poderia valer-se de artifícios para recuperar futuramente prejuízos momentâneos que teria com preços irrealistas prometidos na licitação.

Alvaro disse que a Aplauso ganhou a disputa final com outras duas empresas para prestação de serviços de apoio à organização de 151 eventos, estipulando o preço de R\$ 4.184,90 por evento, quando, em oferta prévia de serviços, havia estabelecido R\$ 20 mil. O senador disse desconfiar que essa diferença significativa venha a ser reposta em algum momento com a revisão de contratos.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que Humberto Costa estará na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater com senadores e terá a oportunidade de esclarecer essas denúncias.

Eduardo aponta omissão no caso de médicos cubanos demitidos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) voltou a acusar o governo do Tocantins de “falta de interesse e omissão” no episódio de demissão de médicos cubanos contratados pelo Programa Saúde da Família (PSF). Por iniciativa do Ministério Público Federal, que recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região para suspender esse desligamento, 35 profissionais estão sendo recontraçados pelo estado, embora 270 mil pessoas já sofram com a falta de assistência básica de saúde, segundo o *Jornal do Tocantins*, citado pelo senador.

– O governo do estado é que deveria ter feito o que o Ministério Público Federal fez – afirmou. Eduardo lamentou que a decisão do TRF de suspender a liminar determinando o cancelamento dos contratos dos 253 médicos cubanos tenha ocorrido após o retorno da maioria deles a Cuba. Essa liminar havia sido concedida pelo juiz federal Marcelo Albernaz em julho de 2004, e decorreu de ação impetrada pelo Conselho Regional de Medicina do Tocantins (CRM-TO). De acordo com o senador, o governo do estado chegou a obter do juiz Albernaz prazo de nove meses para regularizar a situação dos cubanos, mas nada teria feito.

ROOSEWELT PINHEIRO
Eduardo S. Campos

"Evite as incoerências", o apelo de Efraim a Lula

O senador Efraim Morais (PFL-PB) apelou ao presidente Lula para que zele pela credibilidade das instituições públicas, neste ano em que se comemoram 20 anos de redemocratização do país. Seu pedido foi feito após comentar em Plenário, na quarta-feira, reportagem da revista *Veja* que indica crise de identidade no Partido dos Trabalhadores (PT).

O senador apontou algumas “incoerências” assinaladas por

Veja no documento “Bases de um Projeto para o Brasil”, recém-elaborado pelo PT. Efraim Morais destacou a defesa concomitante da redução e do aumento da taxa básica de juros e o fato de se autodenominar reformista e socialista como exemplos das contradições do partido governista. Tais declarações também fizeram Efraim apelar ao presidente Lula para que “não permita que a incoerência se aposses de seu partido”.

Contratos sem concurso aumentam, acusa José Jorge

O número de servidores sem vínculo permanente com o serviço público subiu de 18.040, em 2002, para 33.204, em 2004, conforme dados de boletim do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão citados em Plenário por José Jorge (PFL-PE). Segundo o senador, esse é o espetáculo de crescimento promovido pelo governo: o aumento do número de servidores sem concurso público.

O parlamentar pernambuca-

no destacou que os gastos do governo federal com o auxílio-moradia pago a ocupantes de cargos de confiança não-residentes em Brasília cresceu 142% nos dois últimos anos: de R\$ 11,7 milhões, em 2002, para R\$ 28,4 milhões, em 2004. De acordo com José Jorge, o que o governo despense com esse benefício representa 15% dos recursos dos dois principais programas destinados a moradias para famílias de baixa renda.

Mão Santa adverte Lula sobre riscos de alta carga tributária

Ao prestar homenagem a Brasília pelos 45 anos, comemorados no dia 21 de abril, o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou que a mesma data também é reservada para celebrar Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Ele advertiu o presidente Lula que foram os altos impostos cobrados pelos portugueses que motivaram Tiradentes a se rebelar.

– O presidente Lula e o PT, o “Partido dos Tributos”, deve-

riam refletir, nesse 21 de abril, que os altos impostos fizeram com que brasileiros liderados por Tiradentes se organizassem para lutar contra os portugueses. Nunca se cobrou tanto imposto no Brasil como agora.

O senador pelo Piauí também criticou os gastos do governo federal com viagens. Segundo ele, o príncipe Charles e Camila Parker Bowles gastam menos do que Lula e Marisa em viagens internacionais.

Mesquita Júnior se diz vítima de represálias

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) rebateu matéria do *Fantástico*, da Rede Globo, que o apresentou como “campeão do nepotismo no Senado”. Ele esclareceu que contava apenas com dois ou três parentes em seu gabinete, os quais demitiu – informação não transmitida pelo programa.

O senador denunciou estar sofrendo represálias por pessoas interessadas em prejudicá-lo politicamente, desde que deixou a Frente Popular do Acre, a qual apoiou a candidatura de Lula à Presidência da República. Ele se declarou vítima de tentativa de linchamento político.

Mesquita Júnior antecipou que apoiará proposta do senador Tião Viana (PT-AC) restringindo a servidores concursados o preenchimento de cargos de confiança.

Ideli elogia governo por liberar recursos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) agradeceu ao governo Luiz Inácio Lula da Silva a liberação de recursos para obras em portos e estradas de Santa Catarina. Dos cerca de R\$ 1 bilhão que estão sendo empenhados no orçamento do Ministério dos Transportes para obras, R\$ 276 milhões serão destinados imediatamente ao estado da senadora petista, o que significa um quinto das verbas previstas, de acordo com ela própria.

A parlamentar catarinense explicou que a maior parte desse dinheiro será utilizada na recuperação e duplicação do trecho da rodovia BR-101 que liga Osório (RS) a Pailhosa (SC). O custo total das obras na BR-101 será de R\$ 341 milhões. Na reforma e ampliação dos portos de São Francisco e Itajaí serão dispendidos R\$ 70 milhões.

Voz do Leitor

ELETRICISTAS

“Senador Paulo Paim, gostaria que o senhor apresentasse projeto de lei prevendo a extensão da aposentadoria especial a todos os eletricitistas.”

Carlos Antônio da Silva, de São José dos Campos (SP)

FGTS

“Senador Renan Calheiros, gostaria que o senhor intervisse junto ao presidente Lula para que ele libere o valor do FGTS referente ao Plano Collor para os aposentados.”

Elzo Teixeira dos Santos, de Ribeirão das Neves (MG)

TERRAS

“Sugiro aos senhores senadores que seja apresentado projeto permitindo empréstimos aos agricultores para a compra de três ou quatro hectares de terra, com dois a três anos de carência. O cidadão teria a opção de financiar esse empréstimo em até 25 anos.”

Oswaldo Pereira da Rocha, de Icém (SP)

ASSESSORIA

“Senador Mão Santa, sugiro que Vossa Excelência apresente um projeto de lei para disciplinar a composição das câmaras municipais, permitindo a contratação de assessores apenas em cidades com mais de 200 mil habitantes.”

Jorge F. Cunha, do Rio de Janeiro (RJ)

FUNDEB

“Sugiro ao senador Hélio Costa que elabore um projeto de lei propondo a consolidação do Fundeb.”

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

A medida geraria um acesso mais fácil, no futuro, às universidades públicas.”

Cícero Batista, de Alagoa Nova (PB)

ALCOOLISMO

“Sugiro aos senadores do Espírito Santo a criação de um centro de recuperação para vítimas de alcoolismo, que ofereça gratuitamente os medicamentos necessários e o tratamento adequado.”

Valentim Antônio Santos Lima, de Serra (ES)

DOAÇÃO DE ALIMENTOS

“Sugiro projeto de lei restringindo a doação de alimentos para fora do país, como foi feito para as vítimas do maremoto em países da Ásia e África, em 2004. Ela só ocorreria após comprovação de que os alimentos estão sendo oferecidos primeiro aos brasileiros. Há muita fome em nosso próprio país.”

Júlio César Reis, de Bauru (SP)

PUBLICIDADE DE BEBIDAS

“Senador Hélio Costa, vários projetos em tramitação no Senado propõem mudanças na Lei 9.294/96, que regulamenta a propaganda de bebidas alcoólicas. Solicito ao senhor mais austeridade no tratamento desses projetos, por ser o alcoolismo um problema de saúde pública. A publicidade atrapalha pessoas que estão em tratamento nas clínicas de recuperação, pois estimula este terrível vício. Sugiro incluir nos projetos a proibição de propaganda de bebidas alcoólicas também em eventos esportivos.”

Arnaldo Gomes, de Araxá (MG)

Pergunte ao Senador

RAPOSA/SERRA DO SOL

Leonardo Fraga de Mendonça, de Serra (ES)

“Senador Augusto Botelho, a homologação da área indígena Raposa/Serra do Sol (RR) de forma contínua poderá acarretar prejuízo para a soberania nacional?”

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) responde:

Prezado Leonardo, acreditamos que a homologação da Raposa/Serra do Sol poderá representar, sim, perigo para a soberania nacional. A área indígena localiza-se em região estratégica, em área de fronteira, tangenciando região conflituosa há muito disputada pela Venezuela e Guiana. Por estar em área de fronteira, de parca povoação, a reserva poderá se tornar rota para o tráfico de drogas e armas, além de se prestar à prática da biopirataria. E já tivemos a oportunidade de nos manifestar, da tribuna do Senado, sobre os riscos de uma “internacionalização branca” da Amazônia por parte de países ricos que querem, a todo custo, apropriar-se de nossas riquezas minerais e de nossa biodiversidade.



PESQUISA ELEITORAL

Guilherme dos Santos, de Rio de Janeiro (RJ)

“Senador Marcelo Crivella, gostaria de saber se existe alguma lei que proíba a imprensa de pedir pesquisa eleitoral visando favorecer algum candidato durante as eleições.”

O senador Marcello Crivella (PL-RJ) responde:

Prezado Guilherme, além da Resolução 21.576, do Tribunal Superior Eleitoral (você pode encontrá-la no site do TSE), que dispõe sobre pesquisas eleitorais, há em tramitação no Senado um projeto de lei (PLS 19/01) que visa minimizar a possibilidade de a pesquisa ser manipulada para favorecer um candidato.



BR-405

José Osório de Lima Filho, de Apodi (RN)

“Senador Garibaldi Alves, gostaria de saber o que os senadores do Rio Grande do Norte podem fazer para que se reconstrua a BR-405. Só tapar os buracos que existem não adianta.”

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) responde:

Caro José Osório, a bancada do RN tem feito insistentes apelos ao governo federal para dar prioridade à reconstrução da BR-405. Eu concordo com o senhor no que se refere à operação “tapa-buraco”, sem resultados satisfatórios. Durante a visita do presidente Lula a Apodi, eu e o senador Fernando Bezerra reivindicamos providências urgentes ao chefe do Executivo, enquanto da tribuna o senador José Agripino também cobrava providências.



Frases

“Com esse fato, o salto do sapato do Ministério da Saúde e do governo Lula baixa”

José Agripino, sobre decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra decreto presidencial de intervenção em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro.

“O BC no Brasil é um transatlântico. Ele define política monetária, fixa taxa de juros, manda na política cambial e tem o dever de fiscalizar os bancos e o sistema financeiro”

Paulo Nogueira Batista Júnior, economista, manifestando-se contrário à autonomia do Banco Central.

“Nenhum cidadão brasileiro que tenha necessidade de leito de UTI deixará de ter acesso a esse leito por decisão burocrática do Ministério da Saúde”

Humberto Costa, ministro da Saúde, procurando amenizar a repercussão da iniciativa do ministério de estabelecer critérios sobre o período de internação em leitos de UTIs.

“Infelizmente, é destacada apenas a parte teatral da política”

Aloizio Mercadante, que reclamou maior destaque da imprensa à produção legislativa do Senado.

“O Senado já fez sua parte. Nós tomamos essa iniciativa, há anos, quando votamos emenda do então senador Roberto Freire proibindo o nepotismo nos três Poderes da administração pública”

Renan Calheiros, sobre a campanha que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) iniciou para combater o nepotismo.

“A partir de hoje, o Brasil já não é mais o mesmo. O governo deve ter aprendido que toda vez que apresentar uma medida provisória fútil ela não será votada”

Arthur Virgílio, comemorando o desmembramento da medida provisória que prorrogou a Campanha do Desarmamento, retirando outras propostas que haviam sido anexadas à MP.

“Tancredo Neves foi a minha inspiração. Nada fiz sem pensar no que ele faria”

José Sarney, sobre o político mineiro no 20º aniversário de sua morte, em 21 de abril, salientando que ele exercera o sacerdócio da conciliação.

Foto da Semana

O cacique caiapó Raoni Mentuktire discursou sobre a situação dos povos indígenas no Plenário da Câmara. A solenidade, realizada terça-feira em comemoração ao Dia do Índio, reuniu diversas lideranças indígenas. Raoni, que falou em sua língua nativa, se disse triste e indignado pelos maus-tratos aos índios no Brasil. “O governo tem que nos dar mais atenção, pois estamos em extinção e ninguém mais se importa”, desabafou o cacique



ANTÔNIO CRUZ/ABR

Implementação da reforma do Judiciário

No começo de abril, senadores e deputados instalaram uma comissão especial para elaborar os projetos de lei necessários à regulamentação da reforma do Judiciário. Os requisitos necessários à implementação da reforma, aprovada pelo Congresso no ano passado, serão abordados pelo *Conexão Senado* desta semana, que a Rádio Senado apresenta na segunda-feira, às 12h.

Entre as atribuições da nova comissão está a de sugerir mudanças na legislação infraconstitucional, para ampliar o acesso à Justiça e agilizar a prestação de

serviços pelo Poder Judiciário. Os parlamentares também devem analisar propostas de alteração do Código de Processo Civil enviadas pelo Ministério da Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, definir as funções do Tribunal Superior do Trabalho e as regras para a súmula vinculante e para o fundo de execuções trabalhistas, entre outros.

Além de contar com a presença de convidados, o programa de debates da Rádio Senado recebe sugestões e dúvidas enviadas pelos ouvintes. Para participar basta enviar as questões para o endereço eletrônico



conexão@senado.gov.br, ligar para o telefone 311-1182 ou enviar um fax para 311-2777.

Tuka Villa-Lobos no Escala Brasileira

Na programação cultural, o destaque é o *Escala Brasileira*, que vai ao ar na quinta-feira, às 23h, e reapresenta a entrevista com Tuka Villa-Lobos, roqueira conhecida junto ao seu público como "Loba".

A artista começou sua carreira aos 16 anos em São Paulo, na companhia do seu tio Mayo Villa-

Lobos, que era líder do grupo Watt 69. Em novembro de 2004, Tuka lançou o álbum *Loba* em Brasília, em que resgata as raízes do rock com irreverência, utilizando arranjos e riffs de guitarra típicos dessa época.

O álbum contém parcerias de Tuka com os letristas Renato de Carvalho, Remy Portilho e Ruy Carlos Tolentino e com o guitarrista Kiko Peres.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

RESENHA

Prestes: dois anos de lutas sociais no Senado brasileiro

ALEXANDRE GUIMARÃES

Quer se seja favorável, quer contrário a seus ideais, impossível é discordar da importância de Luís Carlos Prestes na história brasileira. "Comunista revolucionário", como se definia até os últimos dias de seus 91 anos de vida, foi antes de tudo um inconformado com as injustiças sociais. Vale a pena lembrar que, na época em que percorreu o interior do país, na que ficou conhecida como Coluna Prestes, ainda não conhecia o ideário comunista, lutava apenas contra o governo de Arthur Bernardes.

Talvez a face menos explorada pelos biógrafos de Prestes seja seu tempo como parlamentar. O livro *Luiz Carlos Prestes: o Constituinte, o Senador (1946-1948)*, organizado por Sérgio Soares Braga, resgata esse curto, mas importante, período. No contato com seu trabalho parlamentar, pode-se ter acesso direto a seu modo de pensar. Nessa obra estão transcritos todos os discursos e debates, além de emendas, destaques, requerimentos, indicações e declarações de voto.

Eleito senador pelo antigo Distrito Federal em 1945, participou ativamente da Constituinte de 1946. Lutou pela reforma agrária, pelo direito ao voto de soldados e analfabetos, pelo reconhecimento incondicional do



direito de greve e pela autonomia política dos municípios, entre outras causas.

Observa-se também, na obra, sua luta contra os conchavos para a cassação do registro eleitoral do Partido Comunista, os quais, durante certo tempo, Prestes pensou serem apenas boatos. Fez seu último discurso em outubro de 1947. Em 12 de janeiro de 1948, juntamente com os demais parlamentares comunistas (15 deputados, entre os quais o grande escritor Jorge Amado, eleito por São Paulo), teve seu mandato cassado.

Luiz Carlos Prestes: o Constituinte, o Senador (1946-1948), volume 10 da coleção Edições do Senado Federal, é obra essencial aos que desejam conhecer mais o pensamento e a luta desse grande líder.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Luiz Carlos Prestes: o Constituinte, o Senador (1946-1948)* é editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. Informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

Conheça o Senado



Ao chegar ao poder, Getúlio Vargas (E) extinguiu o Congresso com a promessa de convocar novas eleições

CIDADANIA

O ano é da mulher da América Latina e do Caribe



Os senadores aprovaram na última terça-feira (19) requerimento para a criação de comissão especial temporária para planejar e coordenar as atividades referentes às comemorações do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha. O evento foi instituído pelo Parlatino (Parlamento Latino-Americano), em razão de proposta da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Em 30 de abril será também comemorada a 25ª edição anual do Dia Nacional da Mulher, criada em 1980. Avanços históricos

significativos marcam a data, uma homenagem ao dia de nascimento de Jerônima Mesquita, criadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, primeira organização oficial das mulheres brasileiras.

Apesar dos festejos pelos direitos adquiridos, ainda é preciso uma luta contínua por respeito e dignidade, principalmente no Brasil, onde a mulher continua na mira de atos de violência e discriminação. Essa é a posição da senadora Serys, que ressalta as vitórias dos últimos anos, mas cobra maior conscientização e organização das mulheres.

- Todas as mulheres precisam estar preparadas para denunciar abusos, atos de violência e outros

tipos de humilhação. Contra a discriminação é preciso organização; e contra a violência, a denúncia - afirma.

Em 2005, vários eventos serão realizados para melhor integrar os 22 países latino-americanos, com troca de experiências e abordagem das dificuldades e conquistas em cada país.

Em maio, o Senado sedia exposição de selos publicados pelos Correios sobre o tema mulher. No segundo semestre, será realizado em Brasília um grande seminário reunindo ministros, parlamentares e primeiras-damas das nações participantes. Também será publicado um Atlas com o retrato da realidade feminina em cada região.



Para Serys, a luta da mulher por respeito e dignidade é contínua

Algumas das atividades em comemoração ao Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha - 2005

Maio

- ✓ Exposição Selos Mulheres, promovida pelos Correios
- ✓ Início da exposição itinerante Selos Mulheres pelas embaixadas do Brasil nos países latino-americanos e no Caribe
- ✓ Semana da saúde da mulher - mutirão de atendimento

Junho

- ✓ Mostra de filmes produzidos e/ou dirigidos por mulheres latino-americanas ou sobre temas relacionados à mulher

Agosto

- ✓ Exposição, no Senado, de quadros e réplicas de figuras femininas do artista plástico Cândido Portinari

Novembro

- ✓ Lançamento do Atlas sobre a situação da mulher latino-americana e caribenha
- ✓ Semana do ativismo contra a violência

Outubro

- ✓ Seminário Latino

Período Vargas restringiu ação do Senado

Em nenhum momento da história brasileira o Senado teve sua atuação na política nacional tão restringida quanto no primeiro período presidencial de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945. A Casa legislativa chegou a ser extinta pelo presidente em 1937.

Assim que assumiu o poder, na Revolução de 30, Vargas dissolveu o Congresso, com a promessa de convocar eleições para a elaboração de uma nova Constituição. A Assembleia Constituinte, no entanto, só foi instalada três anos depois, em decorrência de muitas pressões de setores da sociedade, que chegaram a organizar um movimento armado, a Revolta Constitucionalista de 1932.

Promulgada em 1934, a primeira

norma constitucional da Era Vargas foi inovadora ao criar instrumentos para coibir as fraudes eleitorais tão frequentes na República Velha. Por outro lado, limitava a atuação do Senado, que passou a ser um mero órgão auxiliar da Câmara dos Deputados, única responsável pela elaboração das leis.

Essa nova organização vigorou por apenas três anos, já que Vargas decretou uma nova Constituição, conhecida como "Polaca", que dava início ao regime ditatorial do Estado Novo. Além de centralizar o poder nas mãos do Executivo, dando plenos poderes a Getúlio, a Carta aboliu o Senado. O Poder Legislativo seria exercido pela Câmara dos Deputados, com apoio do Conselho Federal,

órgão constituído por um representante de cada estado e dez membros nomeados pelo presidente.

Esse sistema, no entanto, nunca funcionou efetivamente. A ditadura varguista ficou conhecida pela sua intervenção direta nos estados. O presidente legislava por meio de decretos-leis, que eram editados com força de lei.

Vargas foi deposto em 1945. No ano seguinte, foi promulgada uma nova Constituição, que retomou o princípio da independência harmônica entre os Poderes e do bicameralismo. Assim, o Senado voltou a existir e atuar na política brasileira como o representante da Federação, papel que vem desempenhando até os dias de hoje.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta

Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Helena Daltro Pontual e Flávio Mattos (61) 311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Reconhecimento ao trabalhador doméstico

Antecipando as comemorações do Dia do Trabalhador Doméstico, em 27 de abril, o *Especial Cidadania* trata dos direitos desses profissionais, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somam mais de 6 milhões de brasileiros. Desse total, cerca de 4 milhões recebem apenas um salário mínimo mensal, ou seja, R\$ 260.

Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) aponta que, para atender uma família composta por dois adultos e duas crianças, seria necessário que o trabalhador doméstico recebesse um salário de R\$ 1.477,40, para suprir suas necessidades de moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, conforme preconiza a Constituição.

Além da baixa remuneração, segundo o IBGE, somente 25% dos trabalhadores domésticos têm carteira assinada. A maioria, portanto, está excluída dos direitos básicos de cidadania.

A profissão foi reconhecida pela Lei 5.859/72 e regulamentada pelo Decreto 71.885/73. Mas só com a Constituição de 1988 a categoria teve assegurados os direitos ao salário mínimo, irredutibilidade salarial, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias, entre outros.

Por lei, são trabalhadores domésticos aqueles que prestam serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa a pessoa ou a família no âmbito residencial. Podem ser motoristas, cozinheiras ou babás, desde que atuem nas condições acima e tenham vínculo empregatício.



FOTOS: CEDIDA POR O2 FILMES

Conheça os direitos assegurados pela legislação

- » Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente anotada, com especificação das condições de contrato de trabalho (data da admissão desde o primeiro dia de trabalho, salário ajustado e condições especiais, se houver).
- » Integração à Previdência Social, ou seja, pagamento do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). O recolhimento é feito mensalmente por meio de carnê do INSS, vendido em papelarias. A parte do empregado pode variar de 7,65% a 11%, dependendo do salário, e deve ser descontada mensalmente do salário. A parte patronal corresponde a 12% do salário do empregado, incidindo também sobre férias e 13º salário.
- » Remuneração mensal nunca inferior a um salário mínimo.
- » Irredutibilidade do salário, ou seja, não é permitida redução salarial.
- » 13º salário.
- » Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- » Férias de 30 dias remuneradas, com pelo menos 1/3 a mais que o salário normal, após cada período de 12 meses de serviço. O empregado pode requerer a conversão de 1/3 do valor das férias em abono pecuniário (pagamento em dinheiro).
- » Férias proporcionais no término do contrato de trabalho, independentemente da forma de desligamento, e mesmo que incompleto o período aquisitivo de 12 meses.
- » Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias. O salário será pago à trabalhadora doméstica pela Previdência Social em valor correspondente ao último salário de contribuição. Também tem direito à licença a segurada que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção, nos seguintes termos: criança até 1 ano (120 dias); de 1 a 4 anos (60 dias); e de 4 a 8 anos (30 dias).
- » Licença-paternidade, por período de cinco dias corridos, contados a partir da data de nascimento do filho.
- » Auxílio-doença a ser pago pelo INSS a partir do primeiro dia de afastamento. Deve ser requerido até 30 dias do início da incapacidade.
- » Aviso prévio de, no mínimo, 30 dias. No caso de dispensa imediata, o empregador deverá efetuar o pagamento relativo aos 30 dias do aviso, computando-o como tempo de serviço para efeito de férias e 13º salário.
- » Aposentadoria, respeitado o período de carência pelo INSS. Em caso de invalidez, 12 contribuições mensais. A aposentadoria por idade pode ocorrer quando o segurado completar 65 anos e a segurada 60, uma vez cumprida a carência de 180 contribuições mensais.
- » Vale-transporte, quando necessário ao deslocamento do empregado (residência/trabalho e vice-versa).

FGTS e seguro-desemprego são benefícios ainda facultativos

Diferentemente de todas as outras categorias profissionais, os trabalhadores domésticos ainda não tiveram reconhecido seu pleno direito de inclusão ao sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Isso porque a Lei 10.208, de 23 de março de 2001, estabelece que a adesão é facultativa, ou seja, opcional, e depende de acordo entre o empregador e o empregado.

Para Sandra Regina Costa, diretora jurídica do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Uberlândia, o entendimento da lei é equivocado, porque a Constituição assegura direitos iguais a todos.

A Constituição garante igualdade de direitos. Além disso, a maior categoria profissional do país não pode ficar excluída do benefício, pois paga as mesmas contribuições a que estão sujeitos todos os outros profissionais. Os trabalhadores domésticos não podem ser

discriminados - esclarece a sindicalista.

Segundo Sandra, essa diferenciação do trabalho doméstico é resquício do tempo da escravidão. "É importante destacar que 80% dos empregados domésticos são negros", diz, acrescentando que "os projetos que corrigem essa distorção precisam ser votados pelo Congresso Nacional. Vamos levar essa reivindicação ao presidente da República", informa.

O empregado doméstico não inscrito no FGTS também fica excluído do direito ao seguro-desemprego, benefício concedido ao empregado inscrito no fundo por um período mínimo de 15 meses nos últimos 24 meses contados da dispensa sem justa causa; que não está em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, excetuados auxílio-doença e pensão por morte; e, ainda, o que não possui renda própria de qualquer natureza.



O cotidiano de cinco trabalhadoras domésticas é retratado de forma comovente no longa-metragem *Domésticas, O Filme* (Brasil, 2001), produzido pela O2 Filmes

Informações

Ministério do Trabalho - Alô Trabalhador: 0800 61-0101 (para as regiões Sul e Centro-Oeste, mais os estados do Acre e Rondônia) e 0800 285-0101 (para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e demais localidades)
www.trabalho.gov.br

Ministério da Previdência Social
PrevFone: 0800 78-0191
www.previdencia.gov.br

Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Jundiá
Tel.: (11) 4523-0042

Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Uberlândia e Região
Tel.: (34) 3255-7996 e 3087-4896

Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo
Tel.: (11) 3812-6554

Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia
Tel.: (71) 334-6310

Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
Tel.: (71) 322-3871

Sindicato das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2273-2699

Sindicato dos Empregadores Domésticos de Campinas e Região
Tel.: (19) 3232-5239

Projetos visam ampliar benefícios e limitar a jornada

A inclusão obrigatória do trabalhador doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) está prevista no projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (PLS 477/03). Outro projeto, do senador Marco Maciel (PFL-PE), inclui no FGTS os trabalhadores domésticos e rurais. Aprovado no Senado, depende de exame da Câmara (PLC 913/91).

Mais propostas que beneficiam os trabalhadores domésticos estão em discussão no Senado. Uma delas (PLC 41/91), sugerida pela então deputada Benedita da Silva, assegura as garantias dispostas no artigo 7º da Constituição. O senador Osmar Dias (PDT-PR) propõe nova regulamentação para a concessão de férias (PLS 138/01). O senador Paulo Paim (PT-RS) quer limitar a jornada

de trabalho do empregado doméstico em 40 horas semanais (PLS 64/03). O parlamentar defende ainda a dedução no Imposto de Renda Pessoa Física do valor pago a esses trabalhadores (PLS 177/03).

Duas outras propostas (PLS 193/97 e PLS 37/02) – dos então senadores Marluce Pinto e Carlos Bezerra, respectivamente – tratam da concessão de auxílio-acidente à categoria.